



Revista de Agricultura Urbana nº. 30 – Junho de 2015

As ligações urbano-rurais



Esta edição conjunta da revista *Farming Matters* e da *Revista de Agricultura Urbana* é uma coprodução entre a ILEIA (Centre for Learning on Sustainable Agriculture, Holanda) e a Fundação RUAF. A trigésima primeira edição da *Farming Matters* se funde com a trigésima edição da *Revista de Agricultura Urbana*!

Esta iniciativa conjunta permitiu compartilhar os nossos conhecimentos e perspectivas. A RUAF trouxe suas experiências ligadas à agricultura urbana e aos sistemas alimentares, e a ILEIA contribuiu com sua vivência ligada à agricultura familiar e à agroecologia.

Nós vemos esta edição como uma oportunidade para explorar e afirmar as ligações entre o urbano e o rural na renovação de nossos sistemas alimentares, e criar uma edição cuidadosa e aprofundada de nossas publicações voltada para as ligações rural-urbanas. Desejamos a vocês uma boa leitura, fora das usuais “caixinhas” urbana ou rural.

Edith van Walsum, diretora do ILEIA e *Marielle Dubbeling*, diretora da RUAF

Sumário

- 002 Agricultores em foco: mudando a face da agricultura urbana
- 4 Editorial: Construindo sistemas alimentares sustentáveis além da divisão rural / urbana
- 9 Opinião: A OMC precisa permitir o apoio aos sistemas alimentares nacionais – *Biraj Patnaik*
- 11 A ‘agricultura apoiada pela comunidade’ se difunde na China
- 17 Cultivando um senso de pertencimento ao local e à comunidade na Cidade do Cabo, África do Sul
- 23 Entre a cidade e o campo: trabalhadores domésticos constroem a soberania alimentar na Bolívia
- 28 Juventude e agricultura: os *novos camponeses* se mudam para as áreas rurais
- 30 Jovens egípcios desafiam a divisão cidade / campo
- 35 Opinião: Encontrando a segurança alimentar no *continuum* rural-urbano – *Pablo Tittonell*
- 37 Enraizados localmente: aprendendo a *almoçar* com a natureza na Índia
- 38 Enraizados localmente: os camponeses se conectam às cidades no país basco, Espanha
- 39 Enraizados localmente: cultivando comunidades na Inglaterra
- 40 Enraizados localmente: 250 mil famílias para liderar a transição alimentar no Equador
- 41 Paisagens ameaçadas do Japão unem as comunidades rurais e urbanas
- 47 Pensar! Novos livros sobre as ligações rural-urbanas
- 51 A certificação participativa favorece os sistemas agroalimentares locais no Brasil
- 56 Agroecologia urbana – uma ferramenta para a transformação social na Argentina: *entrevista com Antonio Lattuca*
- 62 Produtores e consumidores constroem novas práticas alimentares
- 67 Criando sistemas alimentares urbano-regionais
- 72 Conectados globalmente: notícias da rede *Agricultures* e da Fundação RUAF

Agricultores em foco: Dominic Machingura

Mudando a face da agricultura urbana



Foto: Sizhakele Martha Mukwedini

Muitas pessoas acreditam que cultivar alimentos é para os “menos privilegiados socialmente”. Começando por minha comunidade, comecei a desconstruir essa falsa crença. Quero provar o potencial da produtividade e da geração de renda da agricultura urbana em Belvedere, onde moro, em Harare, Zimbábue.

Em outubro de 2014, com apenas 400 m² e US\$ 200, iniciei um projeto de agricultura urbana. Eu já tinha colhido duas safras de alface, o suficiente para alimentar minha família, e vendido algumas para o mercado local e para pessoas de minha comunidade. Faturei o bastante para investir num sistema de irrigação por gotejamento e aumentar o meu potencial produtivo.

Eu já fiz as contas. Se cada uma das 400 famílias de minha comunidade dedicar seu terreno disponível a essa finalidade, haveria uns oito hectares produzindo alimentos orgânicos. Isso poderia fornecer hortaliças saudáveis e de alta qualidade para todos os moradores e reduzir nossa dependência de produtos cultivados a mais de 1.000 km de distância.

A maioria dos vizinhos está esperando para ver como a minha iniciativa vai se desenvolver antes de começar os seus próprios plantios.

Mas já houve uma pessoa que ouviu falar de meu trabalho, por meio da União dos Agricultores do Zimbábue, e após me visitar plantou mil mudas de alface em seu terreno.

Eu também já colaborei com outros quatro jovens agricultores que vivem e cultivam hortaliças em outras partes da cidade.

Isso é só o começo de uma nova comunidade de agricultores urbanos em Harare. Estou confiante de que minhas próximas duas colheitas irão encorajar quem está “esperando para ver”, e a minha experiência vai se multiplicar...

Há um longo caminho para se redescobrir, reinventar, e recriar sistemas produtivos alimentares e novos meios de vida.

Com algum apoio das autoridades locais e a cooperação de parte da comunidade local, essa ideia simples poderá se tornar realidade.

Dominic Machingura <evsimeon@gmail.com>

Editorial > Ligações rural-urbanas

Construindo sistemas alimentares sustentáveis além da divisão rural / urbana

Madeleine Florin (ILEIA) e Henk Renting (RUAf)

As ligações rural-urbanas conectam diariamente as pessoas das cidades com as pessoas do campo. As ligações são tangíveis e incluem os mercados, os fluxos migratórios, a troca de experiências, o lazer, o turismo, os serviços ecossistêmicos e a produção e o consumo de alimentos.

Para apoiar sistemas alimentares sustentáveis, justos e resilientes, é necessário um ambiente político e institucional que lhes seja favorável.

Este número “gêmeo” das publicações *Farming Matters* e Revista de Agricultura Urbana, produzido em conjunto pela ILEIA e pela Fundação RUAf, traz algumas experiências ligadas ao fortalecimento das ligações rural-urbanas e o que elas nos ensinam sobre melhorar os sistemas alimentares tanto para os consumidores quanto para os produtores agroecológicos.



As trabalhadoras domésticas bolivianas estão conscientes da necessidade de solidariedade com os produtores rurais.
Foto: SITRAHO-SP

O papel dos espaços rurais e urbanos para reconstruir os sistemas alimentares é cada vez mais relevante. As cidades estão crescendo e a globalização está impactando a todos, produtores e consumidores, igualmente.

Fome, desnutrição, dietas pouco saudáveis e obesidade atingem bilhões de pessoas, a degradação do solo afeta bilhões de hectares, e enfrentamos uma crise climática alarmante. Nesse contexto, nossos sistemas alimentares – como e onde a nossa comida é produzida, e como ela chega até os nossos pratos – precisam ser repensados.

Do ponto de vista da produção, precisamos valorizar as abordagens agroecológicas e a agricultura familiar como um modo de vida. Do ponto de vista do consumo, precisamos de alimentos seguros, nutritivos e culturalmente apropriados para todos, e interromper os padrões não resilientes do desenvolvimento urbano.

Muitos debates sobre desenvolvimento rural e urbano têm permanecido bastante desfocados. A cidade foi concebida principalmente como um local distante da produção, cujos moradores devem ser alcançados por meio de programas de “acesso ao mercado”, mas de fato poucas conexões reais foram estabelecidas entre os produtores e os consumidores de alimentos.

Em vez disso, o papel das áreas rurais foi reduzido a uma mera função de apoio às cidades: alimentar os cidadãos urbanos com comida barata... As políticas estimulavam a agricultura industrial intensiva – desconectando as pessoas de seus alimentos –, e abrindo espaço para inúmeros intermediários e as grandes cadeias de distribuição e varejo que hoje controlam importantes elos da cadeia alimentar.

Os tomadores de decisões nas cidades raramente estavam preocupados com os impactos ecológicos do desenvolvimento urbano e das áreas periurbanas e rurais ao redor, e não viam nenhuma função para si próprios no desenvolvimento de políticas que influenciam os padrões de produção e consumo dos habitantes.

Mas tudo isso está mudando rapidamente, e hoje cresce a consciência de que as ligações rural-urbanas são um elemento essencial para a transição necessária rumo a sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes. Isso já é visto nas inúmeras iniciativas que reúnem produtores a grupos de consumidores urbanos, criando mudanças concretas que superam a divisão campo-cidade, como os muitos exemplos nesta edição confirmam.

De fato, o importante papel das ligações rural-urbanas tem sido crescentemente reconhecido por várias políticas públicas como um fator-chave para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e resilientes (Matheissen, pág. 67). Mais da metade da população mundial vive hoje em cidades, e parcela que deve aumentar nas próximas décadas, especialmente na África e Ásia, alterando as prioridades e introduzindo novos atores.

As preocupações com a mudança climática, a resiliência a choques ambientais e econômicos, a segurança alimentar e a saúde trouxeram de vez a alimentação para a agenda das cidades. Elas se tornaram atores importantes nas questões alimentares, e muitas desenvolveram suas próprias políticas de alimentação numa área que era antes dominada, tradicionalmente, por políticas rurais e agrícolas.

Do mesmo modo, as organizações da sociedade civil nas cidades assumem crescentemente atividades ligadas à agricultura urbana e à alimentação por motivos ambientais, sociais, gastronômicos ou ligados à saúde, construindo assim pontes entre o rural e o urbano.

Mas onde acaba o rural e começa o urbano? Difícil de responder, pois os limites entre a cidade e o campo – ou entre o urbano, o periurbano e o rural – estão cada vez mais borrados.

Os espaços rurais e urbanos não podem ou devem ser categoricamente separados. Eles estão intimamente interligados, e reconhecer e fortalecer essas ligações é o início decisivo para abrir caminhos viáveis na construção de sistemas alimentares sustentáveis e resilientes.

Duplas identidades

Com a rápida e crescente urbanização, o que significa ser urbano hoje em dia? A mudança do ambiente rural para o urbano é frequentemente resultado da necessidade.

As políticas nacionais e internacionais que favorecem os tipos industriais de agricultura tornaram mais difícil a prática da agricultura familiar, empurrando as pessoas para as cidades, quando então podem enviar algum dinheiro para parentes que permaneceram no campo. Na página 35, Pablo Tittone aponta que tais “redes de segurança” permitem a muitos produtores continuarem produzindo quando depender da agricultura não seria mais uma opção, mas que isso funciona nos dois sentidos, com os urbanos dependendo dos alimentos variados e tradicionais que vêm dos agricultores familiares.

Essas relações mútuas, tornadas possíveis pelas pessoas urbanas que mantêm suas identidades rurais, transcendendo as famílias isoladas e as divisões rurais-urbanas, podem ser consideradas como alianças que têm por base as famílias e as classes sociais.

Trabalhadoras e trabalhadores domésticos bolivianos que lutam por maior soberania alimentar (pág. 23) dão exemplo de moradores urbanos – frequentemente migrantes recém chegados do campo – que trabalham juntos com camponeses para criar sistemas alimentares alternativos. Um forte sentimento de identidade rural num contexto urbano também é notável num número crescente e cada vez mais variado de iniciativas de agricultura urbana.

Essas atividades “rurais” nas cidades atendem a necessidades sociais e oferecem segurança alimentar e oportunidades de geração de renda nas comunidades marginalizadas. Os agricultores urbanos nas favelas da África do Sul introduzem elementos tipicamente rurais, como o senso de pertencimento ao lugar e à comunidade, para o contexto urbano (página 17). A agricultura urbana também é política, e os cidadãos estão lutando para assumir o controle sobre seus sistemas alimentares e serem reconhecidos como produtores urbanos. Em muitos casos, esses objetivos se superpõem, como em Rosário, Argentina (página 56).

Contraforças

Mesmo com um mercado convencional hostil e políticas públicas pouco favoráveis, e apesar da urbanização crescente, os agricultores familiares fornecem cerca de 70% da alimentação mundial.

“Alimentar o mundo” não é uma expressão vazia, mas muitos cidadãos não estão sendo alimentados passivamente – eles estão configurando ativamente como a sua comida é produzida e por quem, preferindo cada vez mais, os alimentos produzidos por agricultores familiares.



As cidades se tornaram atores políticos nas questões alimentares. Foto: Rotterdamse Munt

Por esta razão, produtores e consumidores constroem novas conexões e começam a colaborar. Arranjos inovadores de comercialização direta são um importante elo entre agricultores e consumidores, contribuindo para superar a divisão rural / urbana.

Cadeias de valor mais curtas e relações mais diretas entre produtores e consumidores estão ganhando terreno, e as mais bem sucedidas são aquelas onde as novas relações sociais envolvem muito mais do que uma mera transação comercial. Elas incluem confiança, amizade e construção de novas comunidades, como se veem em iniciativas que contornam o fortemente globalizado sistema alimentar holandês (página 62).

Um bom exemplo dessas cadeias alimentares alternativas é a ‘agricultura apoiada pela comunidade’ – um sistema popular no Japão e nos EUA e que se espalha rapidamente pela Europa e chega agora também ao Sul global.

Na China, esse conceito também é popular, oferecendo aos consumidores alimentos confiáveis e seguros, ao mesmo tempo em que também ajuda os jovens agricultores a produzirem de modo ecológico e viverem conforme a sua escolha (página 11). Além dos arranjos de comercialização direta que constroem redes sociais, outras iniciativas que fortalecem a cooperação entre produtores e consumidores também vão surgindo, baseadas nos benefícios mútuos e frequentemente com objetivos compartilhados ou convergentes.

Por exemplo: no Japão, um sistema de “arrendamento” e gestão compartilhada permite aos moradores urbanos trabalharem junto com os agricultores proprietários na produção de arroz em campos muito valorizados culturalmente porém igualmente muito ameaçados (página 41). Os agricultores compartilham seus conhecimentos tradicionais para preservar a paisagem cultural e revivem as suas comunidades rurais, enquanto que as pessoas das cidades querem aprender mais sobre agricultura e educar melhor suas crianças.

Embora o fluxo líquido das migrações seja no sentido das áreas rurais para as urbanas, está surgindo um contrafluxo. Muitas pessoas, especialmente mais jovens, estão deixando as cidades para praticarem agricultura em áreas rurais ou periféricas. Essas pessoas, conhecidas como “novos agricultores” ou “neorurais”, são motivadas por preocupações sociais e ambientais e geralmente adotam as práticas agroecológicas (página 28). Isso está acontecendo em várias partes do mundo, e conceitos como agricultura apoiada pela comunidade, como na China, e a agricultura periurbana, como no Brasil (página 51), fazem parte dessa dinâmica.

Estruturas de governança para a agroecologia

A agroecologia é uma tendência consistente na construção de ligações rurais-urbanas mais fortes. É notável que iniciativas de agricultura urbana, como as na Argentina (página 56) e África do Sul (página 17), escolham especificamente a agroecologia como um ponto de partida, tanto em termos de métodos produtivos quanto de relações sociais e comerciais que essas iniciativas envolvem.

Igualmente, muitas iniciativas urbano-rurais objetivam fechar o ciclo dos nutrientes e da água no nível local, melhorando assim o “metabolismo” das cidades. Isso mostra que a agroecologia é de interesse tanto para as zonas rurais quanto urbanas.

Pode-se ver a convergência entre movimentos iniciados em áreas rurais e urbanas, mostrando que produtores e consumidores têm igualmente um interesse na produção agroecológica de alimentos.

As relações diretas entre produtores e consumidores estão ganhando terreno. Foto: Judith Hitchman



Além de alimentos seguros e saudáveis, a agricultura sustentável oferece outros benefícios com a proteção das paisagens de interesse ambiental e cultural, o sequestro de carbono, a proteção da biodiversidade e de água pura que os moradores urbanos demandam.

Os serviços ecossistêmicos que os agricultores oferecem às cidades merecem reconhecimento. Um denominador comum nesses exemplos de sucesso descritos nesta edição, é que todos eles conseguiram organizar redes sociais apropriadas e arranjos institucionais necessários para agregar valor e fortalecer o potencial das ligações urbano-rurais.

Elas vão desde estruturas de comercialização como a agricultura apoiada pela comunidade, ou os “centros alimentícios” (*food hubs*) até outros mecanismos sociais que mobilizam trabalho voluntário e iniciativas que oferecem o conhecimento, as trocas e o apoio necessários.

Essas estruturas permitem aos cidadãos e produtores administrarem sua alimentação de acordo com seus próprios valores e princípios. Sem tais estruturas de governança, que conectam e estabelecem o equilíbrio adequado entre os principais atores do campo e da cidade, a melhoria e o fortalecimento das ligações urbano-rurais não seriam possíveis.

Nas arenas onde se discutem políticas nacionais e internacionais referentes à agricultura e à alimentação (página 67), a importância das ligações rural-urbanas torna-se mais evidente, como demonstra esta edição. Suas páginas trazem exemplos no mundo todo, onde cidadãos, agricultores, consumidores, trabalhadores, mulheres e jovens estão construindo novas ligações rural-urbanas e fortalecendo as já existentes com benefícios positivos e concretos.

Embora essas práticas sejam promissoras, muitos desafios permanecem e ainda precisam ser abordados. Por um lado, é fundamental que as políticas nacionais e internacionais criem espaço para alternativas que surgem - Biraj Patnaik demonstra que, para a Organização Mundial do Comércio (página 9), esse nem sempre é o caso.

Por outro lado, precisamos nos certificar de que as ligações rural-urbanas continuem a se basear na prática, evitando que ela se esvazie, tornando-se outra nova palavra da moda. Para isso, o engajamento ativo dos cidadãos, tanto consumidores quanto produtores, é o melhor meio para criar novas vias em direção aos sistemas alimentares sustentáveis de que precisamos com tanta urgência.

OPINIÃO > Biraj Patnaik

A OMC precisa permitir o apoio aos sistemas alimentares nacionais

Qual o nível de apoio que os países em desenvolvimento podem fornecer a seus agricultores, por conta da segurança alimentar doméstica, sem serem acusados de distorcer o comércio internacional?

Esta questão está no centro de um árduo conflito na Organização Mundial do Comércio – OMC.

A Índia propõe gastar menos de 25 dólares por pessoa por ano, como está previsto em sua Lei Nacional de Segurança Alimentar, com o objetivo de manter um estoque de alimentos visando garantir a segurança alimentar de sua população. De acordo com essa Lei, de 2013, o governo central deve fornecer arroz, trigo, milho e outros grãos tradicionais na região (sorgo, milheto-pérola, milheto-dedo), por meio de um sistema público de distribuição. Porém os EUA e outros países dizem que isso é “um subsídio disfarçado” – o que vai contra as regras da OMC acordadas em 1994, na Rodada do Uruguai.

Os EUA gastam 1.608 dólares por pessoa por ano conforme seu Programa de Assistência Nutricional Suplementar, que nunca é discutido na OMC. Agora que a Índia tem os meios para reduzir as necessidades alimentares de sua população, será impedida de fazê-lo?

Essa hipocrisia revela o viés da OMC em favor dos países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento apresentaram uma proposta abrangente visando à revisão progressiva do Acordo sobre a Agricultura. Mas eles foram levados a aceitar uma “cláusula pacificadora” (*peace clause*) que permite que prossigam com seus programas de segurança alimentar apenas “até que uma solução definitiva seja encontrada”.

Os países em desenvolvimento devem se unir e promover as mudanças fundamentais para reverterem essa injustiça. Os grupos da sociedade civil que se reuniram em Túnis, em março de 2015, concordaram com as seguintes propostas:

- Primeiro: todos os países devem ser autorizados a implementar programas de apoio abrangentes para desenvolver sistemas produtivos de alimentos locais sustentáveis visando à segurança alimentar doméstica.



- Segundo: nenhum país deve ser autorizado a exportar alimentos subsidiados que possam ter impactos negativos na produção doméstica de alimentos de qualquer outro país.
- Terceiro: os países devem ser autorizados a usar ferramentas como tarifas e “mecanismos especiais de salvaguarda” para lidar com picos de importação e quedas nos preços das commodities, e para proteger os produtores domésticos.
- Quarto: os países em desenvolvimento devem ter mais flexibilidade para estabelecer tarifas sobre produtos designados como “especiais”, que impactam sua segurança alimentar, o desenvolvimento rural e as necessidades básicas da vida.

Qualquer coisa a menos do que esses quatro passos fará aumentar as iniquidades existentes na OMC. Se esse esforço tiver sucesso, a segurança alimentar doméstica e as considerações voltadas à soberania alimentar terão ganhado, finalmente, a procedência frente aos ditames do comércio internacional.

Biraj Patnaik <biraj.patnaik@gmail.com> é consultor da Suprema Corte da Índia no caso do “Direito à Alimentação”. As opiniões contidas neste artigo são exclusivamente pessoais.

Ligações rural-urbanas > Movimentos crescentes

A agricultura apoiada pela comunidade prospera na China

Judith Hitchman

A 'agricultura apoiada pela comunidade' – AAC (Community Supported Agriculture - CSA) é um dos melhores exemplos de um sistema alternativo de distribuição de alimentos bem sucedido, que provê renda real para os agricultores e alimentos acessíveis e saudáveis para os consumidores. Os alimentos continuam sendo cultivados nas áreas periféricas e a confiança entre produtores e consumidores é fortalecida. E a China não ficou atrás nesse movimento global, pois há mais de 500 iniciativas de AAC no país, e cerca de 75.000 consumidores contribuem para esses novos sistemas alimentares em uma dúzia de cidades espalhadas pelo país.

Alimentar as sempre crescentes cidades do mundo tornou-se ainda mais difícil nesses últimos 50 anos. Antes, os migrantes vindos das áreas rurais costumavam ter alimentos enviados por suas famílias, ou podiam comprar de produtores locais em bancas nas esquinas.

Porém muitos dessas alternativas desapareceram, substituídas pela agricultura industrializada, produtos padronizados, corporações multinacionais e supermercados.



Foto: Jan Douwe van der Ploeg

Some-se a isso a necessidade premente de lidar com a mudança climática e a transição energética, e se torna evidente a importância de fazer todo o possível para preservar as terras agrícolas, particularmente as próximas às maiores cidades. E com isso desenvolver sistemas alimentares alternativos que permitam a produção sustentável de alimentos seguros e saudáveis a preços que sejam acessíveis a todos.

Esse é o contexto no qual a AAC surgiu ao redor do mundo: um modelo econômico alternativo, baseado localmente, de agricultura e distribuição de alimentos, nos quais os consumidores se comprometem em apoiar um ou mais produtores locais e compartilhar os riscos e benefícios da produção. Os consumidores chineses, principalmente os da nova classe média, estão famintos não só por alimentos, mas também por novos sistemas alimentares.

No rastro de vários mega-escândalos ligados à produção de alimentos, a segurança alimentar tornou-se uma grande preocupação para o governo e para os consumidores.

Diante da poluição causada por pesticidas e adubos químicos, a confiança na agricultura industrial foi minada. Muitas pessoas agora estão comprando alimentos rotulados como orgânicos, e nos últimos sete anos mais e mais pessoas estão se unindo a grupos de AAC.

Embora relativamente novos na China, já existem cerca de 500 grupos de AAC, reunindo aproximadamente 75.000 consumidores – e esses números estão crescendo rapidamente!

Os consumidores e produtores envolvidos nessas atividades criaram uma rede nacional para trocar conhecimentos, e também integram a Urgenci – a rede global de grupos de AAC.

O que é a ‘agricultura apoiada pela comunidade’ - AAC?

O modelo AAC surgiu no Japão, onde, como resultado da contaminação por mercúrio (o famoso desastre de Minimata nos anos 1970s), um grupo de donas de casa japonesas começou a buscar alimentos junto a produtores orgânicos. Essa atitude ficou conhecida como Teikei, e essa rede continua crescendo no Japão atual.

O movimento se tornou global, com a Urgenci, uma rede de redes nacionais, que reúne atualmente mais de um milhão de produtores e consumidores no mundo. Também existem alguns milhares de grupos que não pertencem a rede alguma, especialmente nos EUA.

Mas como esses grupos funcionam? Um ponto-chave é o compromisso dos consumidores de comprar regularmente dos produtores uma quantidade de alimentos escolhidos pelo menos durante uma temporada produtiva. Isso significa que eles compartilham os riscos e benefícios de cada temporada de cultivo.

O pagamento geralmente é feito adiantado, mas pode variar para permitir que quem esteja enfrentando dificuldades também possa participar. Os modelos de distribuição variam entre os países, e até de um grupo local para outro.

Em alguns casos, as caixas ou cestas são preparadas no local de cultivo, e existem pontos de distribuição na cidade. Em outros, os consumidores são ainda mais envolvidos, ajudando nos cultivos, tratos e colheitas, na preparação das cestas e em sua distribuição.

Também há muito bom humor e permanentes contatos e trocas entre os participantes, e assim o sentimento comunitário é cultivado. Muitos grupos também têm encontros e festivais especiais, publicam boletins *online* para manter seus consumidores informados etc.

A China em primeiro lugar

Em 2008, Shi Yan, uma estudante tranquila mas muito determinada da Universidade de Renmin, em Beijing, ajudou a criar um dos primeiros grupos de AAC da China, chamado “Little Donkey” (“Burrinho” - littledonkeyfarm.com). Tratou-se de uma iniciativa conjunta envolvendo sua universidade, o governo local e o Centro de Reconstrução Rural de Renmin.

Shi Yan tornou-se a operadora-chefe. Ela se inspirou em sua experiência em 2008, trabalhando com a Earthrise Farm, um pequeno grupo de AAC de Minnesota, EUA.

“A experiência mudou a minha vida”, diz Shi Yan. Ela chegou lá para estudar seu modelo de negócio, “porém, vivendo na comunidade, percebi que não é só um modelo, mas um estilo de vida”, e embora estivesse preocupada com as questões rurais, nunca tinha pensado em viver numa aldeia. Agora já faz sete anos que ela mudou-se para a região noroeste de Beijing, no distrito de Haidian, para cultivar um sítio, na direção oposta ao fluxo usual de jovens que abandonam o campo para buscar emprego na cidade.

O Little Donkey também diverge da agricultura industrial chinesa – entre as que mais utilizam insumos químicos atualmente no mundo. Porém os métodos de cultivo no Little Donkey são isentos desses produtos.



Shi Yan e seu marido Cheng no sítio “Shared Harvest”.

Foto: Judith Hitchman

Embora a produção não esteja certificada como “orgânica”, por causa do alto custo do processo de certificação, lá não se usa nenhum tipo de adubo químico ou pesticida.

As práticas visam incrementar a fertilidade natural do solo por meio do conhecimento e de técnicas tradicionais e permaculturais de cultivo, de acordo com os princípios da “agricultura natural” propostos pelo agricultor sul-coreano Han Kyu.

O Little Donkey tem membros com “participação de trabalho” ou com “participação regular”. Os que têm uma *participação de trabalho* arrendam 30 m² e recebem os insumos, como sementes e adubo orgânico, ferramentas e orientação técnica para cultivarem suas próprias hortaliças. Aqueles com *participação regular* assinam um compromisso para receberem, semanalmente, uma cesta com os produtos da estação, podendo escolher entre ir ao local de produção para colhê-los pessoalmente ou receber a sua cesta em casa.

A maior parte dos pagamentos é feita *online*.

O Little Donkey tem atualmente cerca de 700 membros, a maior parte residente em Beijing.

O sítio também é usado para treinamentos e pesquisas, e oferece atividades comunitárias com a possibilidade de se organizarem visitas e demonstrações de agricultura ecológica.

Mais do que apenas produção e consumo

Recentemente Shi Yan ampliou sua ação e agora dirige outra iniciativa parecida, a Shared Harvest (Colheita Compartilhada), com seu marido e os pais dele, em uma área arrendada da autoridade local. Lá empregam 25 pessoas, principalmente jovens que estudaram agricultura na universidade e estão motivados a adotar um estilo de vida mais comunitário e satisfatório.



Grupo de AAC colhendo cenouras no sítio Little Donkey.
Foto: Jan Douwe van der Ploeg

A Shared Harvest fornece alimentos para 500 famílias, quatro grupos de pais das escolas locais, e centros e restaurantes orgânicos em Beijing.

Outro aspecto da iniciativa que contribui para a coesão comunitária é a 'Earth School' (Escola da Terra), onde as crianças vêm para aprender agricultura ecológica e meio ambiente, e como os seus alimentos são produzidos e podem ser consumidos.

Com a intenção de colaborar com a comunidade, Shi Yan também criou um sistema de troca de roupas no local.

Em novembro de 2015 a rede nacional chinesa de AAC programou sua reunião anual, de cerca de 500 grupos, na região, prevendo visitas à Shared Harvest. Essa conferência será simultânea à programada pela Urgenci International (urgenci.net), que envolverá mais de 50 participantes representando redes de AAC de todo o mundo.

Shi Yan mantém um blog muito popular (blog.sina.com.cn/usashiyan) sobre todas essas atividades.

Os 'novos agricultores'

Desde 2008, muitos grupos de AACs surgiram na China, mas o que os torna tão populares?

Além da percepção dos consumidores, de que os alimentos provindos da AAC oferecem o que eles buscam, outra importante razão é a oportunidade que dão aos jovens educados em ambientes urbanos para retornarem às suas raízes, tornando-se os 'novos camponeses' ou 'novos agricultores', como têm sido chamados.

Muitos jovens com formação universitária, que se mudaram para as cidades para estudar, desiludiram-se com a vida urbana e estão retornando em número crescente às suas vilas de origem. Cuidar dos parentes mais velhos é outra razão para muitos jovens chineses retornarem às suas aldeias natais, já que os avós acabam sozinhos quando os filhos e netos vão trabalhar e viver nas cidades.

Esses ‘novos agricultores’ dirigem várias iniciativas de AAC, como aliás acontece no resto do mundo. Frequentemente eles chegam a desistir de empregos estáveis e bons salários quando trocam a cidade pelo campo.

Liu Yueming é uma dessas ‘jovens camponesas’. Ela mudou-se para Beijing e formou-se em Biologia, mas após trabalhar por um tempo na cidade decidiu retornar para o sítio de sua família em 2010. Ela explicou que a mudança lhe permitiu estar perto de seus avós e também dispor de mais tempo para o seu próprio filho.

Liu emprega 15 pessoas em seu sítio de 8 hectares, na maioria habitantes da mesma vila. Metade da área é arrendada da autoridade local por 30 anos; o resto é arrendado de algumas famílias locais. Ela começou trabalhando para fornecer alimentos a 20 famílias, usando apenas uma estufa (uma estrutura coberta por polietileno), mas, com ajuda do governo, ela agora cultiva em oito delas. Hoje atende a 400 famílias, que podem escolher entre quatro caixas diferentes de hortaliças semanalmente. A maior parte da comunicação entre os membros-consumidores e o local de produção é feito pelo Weibo, o ‘facebook’ chinês.

Protegendo a terra nas periferias

Como aconteceu com Liu Yueming, os novos agricultores podem ampliar suas operações arrendando áreas adicionais do governo local ou de outras famílias. De fato, com uma carência de pessoas para cultivar os lotes disponíveis, a AAC é muito bem-vinda nessas comunidades. As áreas periurbanas protegidas para o uso agrícola são comuns na China, o que favorece a difusão da AAC, que fornece acesso a alimentos orgânicos frescos e oferece um meio de vida viável para que os novos agricultores possam retornar ao ambiente rural.

Mercados de produtores

A maior parte da produção de Liu é dedicada a abastecer a comunidade local, mas ela vende os excedentes no mercado de produtores de Beijing – um dos doze que na China operam em parceria com grupos de AAC. A certificação não é ainda muito comum, mas a rede chinesa está desenvolvendo um sistema de garantia participativa.

A situação legal dos mercados de produtores é incerta. Teoricamente, os mercados exigem uma autorização, mas ao mesmo tempo os produtores podem vender seus produtos livremente. Outro ponto, ao menos em Beijing, é a exigência de caminhões refrigerados para transportar os alimentos dentro da cidade, e os produtores da periferia de Beijing agora estão se organizando para poderem levar seus produtos para a cidade dessa maneira.

O que o futuro reserva?

É impossível saber como a AAC irá evoluir na China, mas o governo está olhando de perto esse modelo como um canal para prover alimentos saudáveis e seguros para as populações urbanas. Mas elas também podem favorecer outras formas de produção, principalmente em parceria com empresas privadas.

O fato é que o número de grupos de AAC cresce a cada ano, provando que esse sistema alimentar, envolvendo agricultores, consumidores e as autoridades locais, torna-se cada vez mais popular.

Pessoas como Shi Yan fizeram muito para mostrar a força da Agricultura Apoiada pela Comunidade.

Judith Hitchman < hitchman@club-internet.fr > atua na Urgenci e atualmente participa do Mecanismo da Sociedade Civil do Comitê de Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo.

As ligações rural-urbanas e o sistema *Hukou* na China

A China apresenta o maior sistema agrícola do mundo em termos de produção rural, que inclui pouco mais de 200 milhões de pequenas fazendas, reunindo pelo menos 800 milhões de pessoas. Em apenas 10% de toda a área cultivada no mundo, essas pequenas operações produzem 20% da oferta mundial de alimentos. Essas áreas produtivas têm em média 5 *mu*, cerca de 1/3 de hectare (3.400 m²).

A China é autossuficiente em termos de necessidades nutricionais para a sua imensa população. Durante os últimos 40 anos, a produção total de comida e a produtividade cresceram mais do que em qualquer outro país. Silos, cultivos múltiplos e a prática do escambo estão entre os mecanismos adotados, bem como uma massiva e bem organizada rede de abastecimento, desde os produtores até os consumidores, por meio de uma ampla rede de mercados interconectados.

O sistema nacional *Hukou*, de registro de moradias, garante aos chineses rurais o direito de acesso à terra. Isso também configura os fluxos migratórios do campo para as cidades. Na China, as migrações não são um movimento unidirecional do campo para as cidades, mas precisa ser circular.

Muitos jovens deixam as aldeias para trabalhar nas indústrias urbanas. Após o casamento e o primeiro filho, as mulheres retornam para as aldeias enquanto que os homens só retornam nas épocas de preparar o solo para o plantio ou de colheita. Após vários anos, os homens retornam para as áreas rurais de modo permanente, para investir suas economias na produção agrícola.

Muitas iniciativas sociais nas áreas rurais se beneficiam do direito à terra garantido no sistema *Hukou*, que permitiu a muitos agricultores começarem seus sistemas de agricultura apoiada pela comunidade.

Jan Douwe van der Ploeg < jandouwe.vanderploeg@wur.nl >

Ligações rural-urbanas > Laços comunitários

Cultivando um senso de pertencimento ao local e à comunidade na Cidade do Cabo

Rob Small e Femke Hoekstra

A construção de um senso de pertencimento a um lugar e o fortalecimento dos laços comunitários – nenhum dos dois muito comuns nas áreas urbanas da África do Sul – são fatores-chave para o sucesso dessa abordagem.

Criada em 1982, a ONG Abalimi tem trabalhado por 33 anos com produtores de pequena escala para desenvolver suas próprias hortas ecológicas em Khayelitsha e Nyanga, e ao redor de Cape Flats (www.abalimi.org.za).

A Abalimi fornece serviços de apoio, composto, sementes, mudas, comercialização, apoio nas vendas, treinamento, extensão agrícola, assessoria no monitoramento e avaliação, desenvolvimento de redes locais e parcerias, e fortalecimento das organizações comunitárias.

O trabalho da Abilimi contribui de diversas formas para a segurança alimentar e o fortalecimento dos meios de vida nessas comunidades. Inicialmente, a Abalimi trabalhava com mulheres em situação de risco social, envolvendo-as na produção de hortaliças em casa ou em hortas comunitárias, visando aumentar a segurança alimentar doméstica.

Quando alguma delas produzia excedentes, começava a vender “por cima da cerca” para os vizinhos.

Elas queriam ter acesso a novos mercados além de suas vizinhanças, pois percebiam que vender assim era insuficiente e inseguro, porém não tinham capacidade para fazê-lo por elas mesmas.

Como a Abalimi já vinha experimentando com comercialização dentro e fora dessas comunidades por sete anos, deu início à iniciativa Harvest of Hope para apoiar o desenvolvimento de cadeias de abastecimento e assim alcançar melhor os mercados locais.



Foto: Femke Hoekstra

Subsistência e produção orientada para o mercado

De acordo com a Abalimi, os esquemas de desenvolvimento rural muitas vezes cometem o erro de assumir uma contradição entre a produção de subsistência e a voltada para a comercialização.

O desenvolvimento agrícola convencional tenta puxar o pobre urbano para a produção comercial, esquecendo que muitos ou a maioria deles não querem ser agricultores profissionais de tempo integral. Por meio da sua experiência, a Abalimi percebeu que os produtores adotam várias estratégias e ferramentas para melhorar sua segurança e soberania alimentares, e então conceberam a metodologia da 'cadeia de desenvolvimento' para ajudar os grupos de agricultores a escolherem o que melhor atende suas situações específicas.

A metodologia tem quatro fases: a sobrevivência, a subsistência, a semicomercial e a comercial. Os produtores ou grupos de produtores podem permanecer em qualquer fase, ou se mover entre elas.



Imagem de Rob Small para a Abalimi, Harvest of Hope e Farm and Garden Trust,,
Creative Commons Attribution-Share Alike 4.0 licence.

Em cada uma, os produtores precisam de diferentes tipos de apoio, desde o treinamento básico sobre os cultivos até aprender como planejar plantios comerciais para o ano todo. Um aspecto crucial é que os produtores precisam primeiro se tornar sustentáveis e estáveis em cada uma das fases do desenvolvimento antes de se decidirem a mudar para outra, que é mais complexa e exigente, e especialmente antes de quererem assumir o nível comercial.

Para os agricultores poderem ascender de modo sustentável entre os níveis, uma abordagem passo-a-passo é necessária, que considere as dificuldades sociopolíticas, ambientais e econômicas, enfrentadas diariamente em cada um deles.

Entre elas incluem-se, entre outras, a educação insuficiente, a pobreza, as tensões de mentalidade, gênero, raciais e de classe, o solo muito pobre e o desemprego generalizado.

Harvest of Hope

A iniciativa Harvest of Hope (harvestofhope.org.za/) foi lançada pela Abalimi em 2008 para desenvolver cadeias curtas de comercialização que pudessem apoiar a passagem do nível de subsistência para o da agricultura semicomercial. É um sistema de comercialização que vende cestas de hortaliças da estação cultivadas ecologicamente, em entregas semanais, com os seguintes objetivos:

- Estabelecer um mercado sustentável e crescente para os pequenos agricultores das comunidades urbanas;
- Usar esse mercado como um vetor para reduzir a pobreza e permitir que os agricultores locais tenham meios de vida dignos e sustentáveis.
- Dar aos consumidores o acesso a produtos frescos e ecológicos, com menos “milhas-alimentares” e a preços competitivos.
- Assegurar que produtos frescos e ecológicos estejam disponíveis por todo o ano para os produtores, suas famílias e comunidades.

Caixas e sacolas com hortaliças prontas para entrega num ponto de distribuição.

Foto: Femke Hoekstra

A Harvest of Hope foi criada em parceria com o South African Institute for Entrepreneurship (SAIE) e o Business Place Phillipi, e com apoio da Ackerman Pick n' Pay Foundation. O investimento inicial foi usado para reformar o local de triagem e empacotamento, preparar os materiais de treinamento, projetar e lançar uma marca, e treinar a equipe de apoio.



Começando com oito grupos de produtores, a Harvest of Hope já alcançava, após três anos, 18 grupos e cerca de 120 produtores.

O número de compradores semanais das cestas aumentou de 79, em 2008, para 350 em 2012, e 450 no início de 2015, com as hortaliças produzidas em 29 hortas ligadas à rede, profissionalmente cultivadas, e em 43 hortas de fornecedores eventuais.

Aproximadamente um quarto dos grupos de produtores da Abalimi fornece para o sistema de cestas da Harvest of Hope. Este é um claro exemplo de uma empresa social que combina o empoderamento comunitário com o desenvolvimento de um mercado econômico.

Os principais beneficiários são os produtores de hortaliças, em sua maioria mulheres mais velhas e alguns jovens, bem como os consumidores. Existem outros esquemas de distribuição de cestas de hortaliças na Cidade do Cabo, como a Wild Organic Foods, e a Ethical Co-op and SlowFood, mas esses não têm o mesmo foco no desenvolvimento social das comunidades e uma filosofia sem fins lucrativos.

A Harvest of Hope gerencia a preparação das cestas, a divulgação e a venda dos produtos, enquanto que a Abalimi apoia os produtores com orientação técnica, planos de produção, fornecimento de sementes e de adubo orgânico, e a manutenção dos equipamentos de irrigação. A Harvest of Hope tem um gerente de marketing em tempo integral e uma equipe em tempo parcial reunindo agentes de campo, um contador, empacotadores e motoristas.

Os consumidores participantes do sistema de distribuição das cestas devem buscá-las em um dos 25 pontos de coleta espalhados na Cidade do Cabo, geralmente em escolas, universidades, prédios públicos ou comerciais e lojas de simpatizantes. A clientela é formada principalmente por consumidores socialmente responsáveis, educados, da classe média, com novos consumidores sendo atraídos principalmente por meio do boca-a-boca e das mídias sociais, além de atividades como visitas guiadas às hortas para divulgá-las.

A Harvest of Hope não possui o certificado oficial de “orgânico”, pois as exigências são muito restritas e o processo leva ao menos três anos. Mas os produtores usam seus próprios padrões onde os adubos químicos, pesticidas e herbicidas não são admitidos, e estão no processo de estabelecer um sistema participativo de certificação – que foca na qualidade dos produtos e os produtores são certificados com base na participação ativa de todos os interessados.

Cultivando o senso de pertencimento ao lugar e à comunidade

A Harvest of Hope é uma iniciativa que atua num cenário urbano, nas comunidades populares da Cidade do Cabo, porém sua dinâmica e seu sucesso estão fundamentados firmemente nas relações urbano-rurais. Cerca de 50% da população negra mais pobre da cidade migraram vindas de áreas rurais próximas, especialmente de Eastern Cape. Essas suas raízes no campo e as ligações rural-urbanas associadas ainda estão muito vivas entre eles.

Entre os produtores ligados à Abalimi e à Harvest of Hope, cerca de 60% gastam regularmente seus fins-de-semana e verões nas áreas rurais de origem. Também é muito comum, entre aqueles que foram mais bem sucedidos ao viverem na cidade, quererem voltar para as suas comunidades rurais quando se aposentam.

As ligações rural-urbanas também são bastante importantes em termos de práticas agrícolas e da agroecologia. Existem muitos relatos dos agricultores sobre a troca de sementes e mudas usadas nos programas da Abalimi, compradas nos Abalimi Garden Centres em Nyanga e Khayelithsha, e levadas para Eastern Cape.

Também existe um contrafluxo de sementes de cultivos tradicionais de milho arco-íris, feijões e melões desde as áreas rurais para as hortas da Abilimi.

Um bom exemplo disso é Mama Mabel Bokolo, que dirige o Abalimi People's Garden Centre em Nyanga. Ma Bokolo cultiva regularmente sementes que salva em seu sítio rural para gerar um novo estoque de sementes, dizendo que “eu planejo retornar permanentemente para Eastern Cape em 2017, e quero promover o sistema Abalimi em meu ambiente rural.” .



Um grupo de produtores decide quais hortaliças estão prontas para serem colhidas
Foto: Femke Hoekstra

As experiências da Abalimi e da Harvest of Hope fundamentam-se no fortalecimento das ligações entre o “urbano” e o “rural”. A Harvest of Hope foi criada para ser um meio de unir forças de produtores e consumidores engajados em torno do conceito de ‘agricultura apoiada pela comunidade’ como um princípio norteador.

Essa forte orientação para o desenvolvimento comunitário é um dos fatores que diferencia a Harvest of Hope de muitos outros esquemas de distribuição de cestas de hortaliças mais comercialmente orientados.

As atividades da Abalimi e da Harvest of Hope ajudam a introduzir elementos de organização comunitária e de ‘enraizamento’ à terra nos bairros populares da Cidade do Cabo – duas coisas pouco comuns nas áreas urbanas da África do Sul.

Os moradores das cidades sul-africanas são frequentemente muito individualistas, e focados em noções de competitividade e empreendedorismo, enquanto que a vida social nas áreas rurais é mais centrada nas ligações comunitárias e relações tribais.

Isso resulta às vezes em tensões e escolhas difíceis, como aconteceu com o jovem líder agricultor, Xolisa Bangani, de 25 anos, e o segundo na linhagem da liderança de um clã em Eastern Cape. Ele está considerando aceitar essa responsabilidade, mas primeiro quer desenvolver sua própria organização na Cidade do Cabo e ganhar mais experiência de vida.

Sendo assim, as atividades da Abalimi e da Harvest of Hope centradas na agricultura e na alimentação, conseguem misturar elementos socioculturais e estilos de vida, superando a divisão rural-urbana e combinando as melhores características de ambos os mundos.



A Harvest of Hope é um exemplo convincente de empresa social que combina empoderamento comunitário com o desenvolvimento econômico do mercado local.

Foto: Femke Hoekstra

Rob Small < info@farmgardentrust.org > é um dos fundadores da Abalimi e da Harvest of Hope. Ele criou a rede farmgardentrust.org para apoiar e promover ambas as iniciativas como modelo para outras, no país.

Femke Hoekstra < f.hoekstra@ruaf.org > é a encarregada pela gerência de conhecimento e informações na Fundação RUAF.

Ligações rural-urbanas > Solidariedade

Entre a cidade e o campo: empregadas domésticas (*) constroem a soberania alimentar

Karen Pomier e Tanya Kerssen



Foto: SITRAHO-SP

Na América Latina e no Caribe, as trabalhadoras domésticas constituem cerca de 18% da força de trabalho feminina. Ao migrarem das áreas rurais para a cidade, muitas delas mantêm tanto a identidade rural quanto a outra, recente, urbana.

Com fortes conexões com suas famílias no campo, por um lado, e desempenhando um papel central ao comprarem e prepararem os alimentos nas moradias urbanas, por outro, elas ocupam uma posição estratégica dentro dos sistemas alimentares.

Na Bolívia, cada vez mais, grupos bem organizados de trabalhadoras domésticas estão usando esse espaço para empoderarem suas participantes e educarem os consumidores urbanos sobre os alimentos nativos, dietas saudáveis, agroecologia e a importância do apoio à viabilidade econômica da pequena agricultura.

(*) O artigo irá mencionar sempre 'trabalhadoras' ou 'empregadas domésticas' por constituírem as mulheres a maioria absoluta dessa categoria profissional. Mas também há alguns homens no mesmo processo.

Como muitos países do Sul global, a Bolívia experimentou grandes fluxos de migração interna nas últimas décadas – especialmente das áreas agrícolas rurais para os centros urbanos – principalmente para a capital, La Paz.

As causas da emigração rural incluem as políticas neoliberais que desvalorizam os cultivos dos camponeses e a mudança climática que vem agravando a incerteza na produção agrícola.

Como resultado, muitas mulheres bolivianas de áreas agrícolas rurais se veem forçadas a se mudarem para as cidades em busca de trabalho – frequentemente antes dos 15 anos de idade, com pouca educação formal e muitas delas oriundas de contextos culturais indígenas. Na verdade, embora a emigração rural seja quase sempre imaginada como envolvendo mais os homens, a “feminilização” desse fluxo é cada vez mais notável.

Nos piores casos, essas mulheres jovens e vulneráveis tornam-se vítimas do tráfico humano. Outras acabam trabalhando em residências como trabalhadoras domésticas encarregadas de limpar, preparar as refeições e ajudar a cuidar das crianças e idosos. As condições de trabalho das empregadas domésticas variam grandemente, desde a quase escravidão até funções relativamente compatíveis com a dignidade das pessoas. Mas no geral esse setor – que emprega cerca de 72.000 trabalhadores, 97% dos quais são mulheres – tem sobrevivido quase na clandestinidade.

Apesar do desafio de organizar as fragmentadas e isoladas empregadas domésticas, progressos notáveis têm sido feitos na criação de sindicatos para defender seus direitos. Em 1993, a Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores Domésticos (FENATRAHOB) foi criada, compreendendo atualmente 13 sindicatos atuantes nos nove departamentos em que se divide a Bolívia.

Os sindicatos trabalham para defender os direitos das trabalhadoras domésticas, e oferecem educação e recursos para seus integrantes. Eles também atuam para promover a autoestima e valorizar a identidade cultural de seus membros – a maioria com raízes nas áreas rurais –, fortalecendo as ligações entre essas regiões e as cidades. .

Trabalhadoras Domésticas em Busca de Dignidade e Soberania Alimentar

Em 2009, o Sindicato de Trabalhadoras Domésticas de La Paz) SITRAHO (Sindicato de Trabajadoras del Hogar), lançou o projeto “Trabalhadoras Domésticas em Busca de Dignidade e Soberania Alimentar, com o objetivo de oferecer a seus membros educação política sobre soberania alimentar, e estimular a comercialização direta de alimentos saudáveis e cultivados ecologicamente.

Com o apoio da Interchurch Cooperative for Development Cooperation (ICCO), o SITRAHO abriu sua Escola Prática para Mulheres Trabalhadoras Domésticas, que realiza programas focados em desenvolvimento de lideranças, gestão financeira, e empreendedorismo.

Entre eles, o Programa de Gastronomia e Soberania Alimentar fornece treinamento aos 2000 associados do Sindicato em arte culinária, segurança alimentar e outras habilidades práticas ligadas à alimentação juntamente com a educação política sobre os princípios da soberania alimentar.

O currículo focaliza o uso de produtos locais, priorizando os ingredientes produzidos por organizações de agricultores familiares e valorizando os alimentos nativos.

Esses princípios são então aplicados nas moradias onde os associados do SITRAHO trabalham, difundindo assim os valores da soberania alimentar nas classes média e rica da Bolívia.

O programa também opera um restaurante que serve refeições saudáveis, ecológicas, acessíveis, com ingredientes locais, com um foco na educação alimentar dos consumidores.

A maior parte dos consumidores são trabalhadores da região de San Pedro, onde o restaurante está localizado, e os lucros vão ajudar associados desempregados e idosos.

Identidade rural e indígena

Muitas trabalhadoras e trabalhadores domésticos continuam estreitamente conectados com as aldeias rurais de onde vieram, com membros das famílias ainda engajados em atividades agrícolas.

Conhecem as dificuldades que os agricultores enfrentam, e a necessidade de estimular a solidariedade entre os consumidores urbanos e os produtores rurais. .

Rosalía Lazo Lazo, que veio para La Paz desde a província de Omasuyos com 14 anos de idade, comenta, “desde que comecei, em 2009, conheci muitos camponeses e agricultores indígenas e isso me fez lembrar minha infância e pensar em meus pais que ainda trabalham no campo.”.

Muitas trabalhadoras domésticas são originárias das culturas indígenas Quêchua ou Aymará, e estão familiarizadas com os alimentos nativos como a quinoa (*Chenopodium quinoa*), a cañahua (*Chenopodium pallidicaule*), o açaí (*Euterpe oleracea*) e a muña (*Minthostachys mollis*).

Esses alimentos são frequentemente desconhecidos dos moradores das cidades, e não são encontrados nos supermercados que vendem principalmente produtos importados e processados, com gostos e texturas homogeneizados.

Por meio do projeto Trabalhadores Domésticos em Busca de Dignidade e Soberania Alimentar, não apenas os trabalhadores domésticos valorizam os alimentos de sua própria cultura alimentar, mas também introduzem esses alimentos na dieta de seus empregadores.

As trabalhadoras domésticas são geralmente responsáveis pelas compras de alimentos e pela preparação das refeições diariamente. Isso lhes dá uma enorme influência sobre as escolhas alimentares das famílias, qual tipo de sistema alimentar irão apoiar, e se vão promover as cadeias de valor das grandes empresas ou a economia dos camponeses.

Rosalía nos diz que “sabia que o trabalho agrícola é duro, e que as pessoas que vivem no campo precisam de apoio. Minha mãe ainda acorda muito cedo, todo dia, para cuidar de seus carneiros, e a geada ou o granizo às vezes prejudica os cultivos. Os consumidores não valorizam os alimentos cultivados ecologicamente, preferindo produtos importados. Mas no meu último emprego, eu queria comprar cañahua para as crianças. Foi difícil, por que elas preferiam comer “junk food”, mas eu lhes perguntava se não queriam crescer e ficar fortes... E eles então acabavam comendo... Nada é impossível quando você acredita no que está fazendo.”

Alianças com agricultores familiares

Nos últimos anos, o SITRAHO formou parcerias com importantes grupos ativistas nas questões alimentares, pequenos negócios e organizações de produtores como a Associação dos Produtores Orgânicos da Bolívia (AOPEB); a Coordenação das Organizações Econômicas Camponesas (COEC); a Fundação Sartawi (que promove a agricultura sustentável no município de Calamarca, ao sul de La Paz); Madre Tierra (uma cadeia de lojas de alimentos orgânicos em La Paz); e o movimento Slow Food Bolívia.

O SITRAHO estabeleceu o compromisso de se abastecer de alimentos provindos das organizações de pequenos produtores e comércios locais para fortalecer a economia local ligada à alimentação e apoiar os pequenos agricultores.

Em outubro de 2014, o SITRAHO co-organizou a primeira Feira de Alimentos Étnicos de La Paz - Festival de Comida Consciente. As mulheres do SITRAHO estiveram encarregadas de preparar todos os pratos oferecidos nessa Feira, com o compromisso explícito de educar as pessoas sobre alimentos não transgênicos e produzidos ecologicamente, fornecidos pelas associações de produtores locais.

Piero Meda, um agricultor de Calamarca, disse, “trabalhamos junto do sindicato das empregadas domésticas para trazer alimentos saudáveis diretamente para os consumidores.”

As parcerias do SITRAHO vão bem além do fornecimento de alimentos, educação dos consumidores e ajuda na criação de mercados locais para os pequenos produtores. Elas também se traduzem em alianças políticas com agricultores sobre questões importantes da política agrícola.

Por exemplo, o SITRAHO é membro do Coletivo dos Consumidores Bolivianos, a coalizão de trabalhadores, ativistas e grupos de consumidores que lançou há pouco uma declaração condenando o apoio do governo aos cultivos transgênicos e à agricultura industrial.

Olhando à frente

O projeto Trabalhadoras Domésticas em Busca de Dignidade e Soberania Alimentar do SITRAHO é um exemplo eloquente dos esforços coletivos para reparar os danos sociais, econômicos e ecológicos causados pelo êxodo rural. Essas alianças rural-urbanas são fundamentais para apoiar as economias enfraquecidas dos camponeses e construir a soberania alimentar na cidade e no campo.

Talvez um dos maiores desafios enfrentados pelo sindicato até agora é o passado traumático de muitas de suas associadas. Muitas delas foram vítimas de tráfico de mulheres, abuso infantil e experiências que frequentemente se manifestam como opressão internalizada.

Embora muitas trabalhadoras domésticas sintam uma forte ligação com suas raízes rurais, outras aspiram aos valores urbanos e consumistas de seus empregadores. Várias também foram submetidas a tratamento racista, e podem passar a rejeitar os alimentos indígenas, substituindo-os por comida importada vendida nos supermercados, como forma de buscar status e aceitação.



A escola prática para empregadas domésticas é transformada em restaurante na hora do almoço.

Foto: SITRAHO-SP

Sendo assim, construir soberania alimentar exige trabalho permanente e infatigável para lidar com racismo, sexismo e classismo; recuperar suas identidades rurais; e construir alianças baseadas numa “visão de classe” para ligar empregados e camponeses, produtores e consumidores, num esforço coletivo.

Essas lições das domésticas bolivianas podem ser aplicadas muito mais amplamente, em todo o mundo, para criar sistemas alimentares baseados nas comunidades, baseados na justiça, sustentabilidade, saúde e cultura.

Karen Pomier <karenpf@hotmail.es> é uma agrônoma e ativista boliviana que trabalha com o SITRAHO, apoiando o projeto Empregadas Domésticas em Busca de Dignidade e Soberania Alimentar.

Tanya Kerssen <tkerssen@foodfirst.org> é coordenadora de pesquisas no Institute for Food and Development Policy /Food First, em Oakland, Califórnia, EUA (www.foodfirst.org).

Juventude e agricultura

Novos camponeses se mudam para as áreas rurais

Sidney Ortun Flament e Bruno Macias

Para muitos, a agricultura não é uma carreira desejável. Porém um número crescente de jovens urbanos vê as coisas diferentemente. Após uma “primeira vida” fora do ambiente rural, e muitas vezes com formação universitária, esses jovens decidem virar agricultores. Nós os chamamos “novos camponeses.” E muitos desses jovens escolhem a agroecologia como um modo alternativo para ingressar no sistema alimentar, promovendo a sustentabilidade tanto social quanto ambiental. Essa é uma nova forma de ligação urbano-rural e um contrafluxo crescente diante da tendência dominante do êxodo rural.

Em entrevistas, os novos camponeses na França nos contam que encontram a realização no trabalho agrícola.

Mas eles também enfatizam que a agricultura é um negócio arriscado, e que exige muitos anos até se construir um meio de vida seguro com base nele.



Os novos agricultores têm escasso conhecimento agrícola anterior, e certamente não têm terras para herdar de seus pais. Muitas vezes precisam aprender a cultivar a terra sem apoio de seus vizinhos, que os consideram “forasteiros”.

A falta de terra, devido aos altos preços e à grilagem de áreas, combinadas com a dificuldade para entrar nos mercados, torna muito difícil implantar uma pequena operação agrícola bem sucedida. As ferramentas financeiras e de crédito são quase sempre inadequadas para empreendimentos de pequena escala do tipo multifuncional que eles querem desenvolver. E onde existem programas apropriados, muitos desses novos camponeses dizem que nunca ouviram falar deles.

Os agricultores permanecem sendo uma categoria de pessoas com uma imagem social desfavorável. Mas isso é um grande paradoxo, já que eles precisam dominar vários talentos e habilidades – eles precisam se relacionar com pessoas do campo e da cidade, encontrar oportunidades de comercialização, administrar um negócio arriscado, e – muito importante – enfrentam práticas agrícolas fisicamente desafiadoras.

Por outro lado, por não terem sido educados em meio a tradições agrícolas familiares, os novos camponeses muitas vezes se revelam muito inovadores. Quando eles trabalham junto com agricultores experientes, tornam-se uma força viva para mudanças baseadas na produção agroecológica.

Os novos agricultores são uma resposta crucial para a questão da sucessão na propriedade ou uso das terras agrícolas. Muitos agricultores aposentados não têm um filho ou filha que queira assumir a operação agrícola da família, enquanto, ao mesmo tempo, muitos jovens estão procurando terra para começar uma nova empreitada agrícola. É preciso criar um sistema de apoio que reúna os dois grupos.

Nós fundamos a Associação Neo-Agri para facilitar o compartilhamento desse conhecimento tão crucial e promover a interatividade entre os novos camponeses e entre eles e os agricultores já estabelecidos.

Porém, para apoiar esse movimento ainda mais, e revitalizar as áreas rurais, nós acreditamos que intervenções governamentais também são necessárias.

Sidney Ortun Flament e Bruno Macias < contact@neo-agri.org > participam da Associação Neo-Agri, que apoia os novos camponeses e os tradicionais a trabalharem com abordagens agroecológicas (www.neo-agri.org).

Jovens egípcios desafiam o abismo urbano/rural

Tarek Soliman

A antiga civilização egípcia, fundada na agricultura e no vale do Rio Nilo, é famosa em todo o mundo. Mesmo assim, ser agricultor hoje no Egito dá geralmente uma impressão de pobreza, e há uma ruptura crescente entre os produtores agrícolas e os consumidores urbanos. Mas nos últimos dez anos e particularmente desde a revolução de 2011, a juventude egípcia está liderando o processo de mudar a face da sociedade do país. Nawaya é uma dessas iniciativas que foca na construção de uma “ponte” entre as famílias camponesas e os moradores da cidade do Cairo.

Os últimos dez anos testemunharam uma rápida mudança no Egito, onde o desenvolvimento de uma cultura moderna de inovação, incluindo *startups* e economia verde, continua a ganhar espaço. Muitos jovens do Cairo tiveram a oportunidade para viajar ao exterior e, em seu regresso, promoveram o interesse nas questões ambientais, energia renovável e agricultura urbana. As ONGs como a Nahdet el Mahrousa (nahdetelmahrousa.org/), buscam alternativas à dependência de ajuda do exterior, e ajuda os jovens inovadores a alcançarem seus objetivos empresariais. Uma empresa social notável que eles ajudam a organizar é a Nawaya, um grupo de Cairo que trabalha para fortalecer as ligações rural-urbanas.

A equipe da Nawaya sabia que construir ligações mais fortes entre as populações rurais e urbanas no Egito é parte fundamental do desenvolvimento de sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis.

Desde o tempo dos governantes otomanos, a brecha entre os interesses do desenvolvimento agrícola e as necessidades dos camponeses tem se alargado. Hoje as áreas rurais têm sido fragmentadas, transformadas em áreas residenciais e industriais, ou vendidas para grandes investidores. Nas áreas rurais, a agricultura não é mais uma profissão atraente, desafiada pela falta de apoio financeiro e suporte técnico inadequado e por canais de comercialização inacessíveis. E nas áreas urbanas os consumidores encontram cada vez mais dificuldade para acessar alimentos de alta qualidade produzidos localmente. Esse foi o desafio social que a Nawaya decidiu enfrentar.

Nawaya

Nawaya é um jogo de palavras em árabe que significa ‘frutas’ e ‘intenções’, ambas aludindo ao fortalecimento da agricultura sustentável, seu principal objetivo. Hoje, a equipe tem sete membros, a maior parte dos quais também se dedica a outros afazeres. Sara el Sayed, gerente de projetos e desenvolvimento, dirige uma empresa de viagens educacionais, e Ahmed Galal, o coordenador de campo, mantém uma página muito popular no Facebook dedicada a mudar a maneira como as pessoas se relacionam com os alimentos.

Preparando doce de tâmara, um dos produtos comercializados pela Nawaya.
Foto: Christina Risk

O grupo está trabalhando em várias iniciativas paralelas, incluindo os aspectos técnicos da agricultura com poucos insumos externos, projetos permaculturais que preservam a agrobiodiversidade, o agroturismo, e a agregação de valor e a comercialização dos produtos.

Muito importante: a Nawaya tem criado um espaço onde os objetivos e as aspirações dos produtores e consumidores podem se encontrar.

Centros de inovação verde

Com a revolução de 25 de janeiro de 2011, abriu-se uma janela de oportunidade para os jovens mais inovadores assumirem passos mais ousados. E, não foi coincidência que várias redes de apoio tenham surgido durante esse período, nas quais a Nawaya estava bem entrosada. A Nawaya não apenas recebeu assistência técnica, apoio legal, treinamento essencial e consultoria da Nahdet el Mahrousa, mas também o Instituto de Pesquisa em Permacultura (Permaculture Research Institute - permaculturearabia.org) forneceu especialistas, instrutores e materiais educativos. A Fagnoon Art School, um centro de artes bem estabelecido num subúrbio de Guiza, parte da Grande Cairo, forneceu espaço para muitas atividades, incluindo um lote para cultivos experimentais. Além disso, a ICE-Cairo (<http://www.icecairo.com/>) também entrou em cena – um ponto de encontro muito popular para a comunidade cairota interessada nos desafios ambientais e sociais. A Nawaya foi criada em parte por um dos co-fundadores da ICE-Cairo, e até hoje a ICE-Cairo permanece sendo o centro dinamizador das inovações verdes.

Escolas de campo agrícolas

A Nawaya desenvolveu o currículo para uma escola de campo agrícola com recursos da Fundação Drosos. O currículo foi desenvolvido de modo participativo com os produtores para assegurar que os tópicos mais relevantes seriam cobertos. Em particular, a escola de campo focou nas práticas para promover a fertilidade do solo, o manejo das pragas e a produção de sementes.

Quinze agricultores e suas famílias estão atualmente envolvidos. Participam os agricultores desejosos de experimentar as novas práticas em uma pequena parcela da área que cultiva (cerca de 700 m² em média). A maior parte dos produtores cultiva trigo, cria gado e produz várias espécies de frutas e hortaliças, inclusive quiabo, tâmara e manga.



O processo de aprendizagem funciona nos dois sentidos

Um aspecto fundamental da abordagem da escola de campo agrícola é “aprender fazendo”. A Nawaya obteve uma área em Guiza, dentro do terreno da Fagnoon Art School, onde pudesse experimentar os princípios da permacultura juntamente com os agricultores. O solo era altamente salino, e a água disponível para irrigação era de baixa qualidade, como a acessível para a maioria dos produtores.

O processo de aprendizagem funcionou então nos dois sentidos, com os produtores mostrando por que suas técnicas tradicionais eram úteis, e, em retribuição, a equipe da Nawaya lhes demonstrou como melhorar a produtividade enriquecendo a fertilidade do solo com técnicas naturais como a compostagem.

De acordo com um dos agricultores, o terreno da Nawaya melhorou dramaticamente. Nenhum teste de laboratório foi realizado, mas a mudança no solo foi evidente. Esse fato motivou os agricultores já envolvidos no projeto da Nawaya a continuarem participando, e outros mais ficaram conhecendo os métodos e seus resultados.



Das escolas de campo até os mercados de produtores. Fotos: Aurelia Weintz

Os conhecimentos gerados no terreno da Nawaya e também nas áreas dos agricultores foram documentados como casos de sucesso para os futuros interessados, integrando o material educacional, impresso ou em vídeo, disponibilizado pelo projeto.

Além da experimentação, a Nawaya também organiza oficinas abertas à participação dos produtores e consumidores. Por exemplo, um produtor com experiência em apicultura deu uma oficina para um grupo do Cairo.

Essas atividades contribuíram para o empoderamento dos produtores e foi um passo à frente para quebrar barreiras sociais que existem entre os agricultores e os moradores urbanos no Egito. Elas também ajudam a construir confiança entre os produtores e a equipe da Nawaya, um dos maiores desafios que os projetos costumam enfrentar.

Do campo à mesa

Nas áreas produtivas de pequena escala, frequentemente quem lidera de fato as operações é uma mulher. Isso é verdade no mundo todo e o Egito não é exceção. Por essa razão, a Nawaya também tentou envolver tantas mulheres quanto possível. Elas criaram uma cozinha comunitária na Fagnoon Art School, onde podem ser criativas nas receitas, agregando valor ao que cultivam e a outros produtos locais.

Além de fornecer um espaço para a cozinha e ajudar a registrar o desenvolvimento das receitas, a Nawaya assumiu a tarefa de empacotar e comercializar os produtos finais no Cairo.

No início de 2014, duas participantes da Nawaya, Sara Pozzi e Brendon Johnson, lançaram uma série de alimentos com a marca “Baladini” (baladini.org/). Elas agora vendem as massas preparadas na cozinha comunitária nas feiras semanais de produtores e em lojas caiotas.

Essa iniciativa deu oportunidade às mulheres para trabalhar fora de suas casas e compartilhar e aprender novas habilidades. Até agora, encontrar um modelo de negócio viável para essa atividade tem sido bem difícil, e a Nawaya está pesquisando agora como dividir os riscos e os lucros de modo que as mulheres gerem renda extra de modo sustentável para suas famílias.

A consciência dos consumidores

A Nawaya tem uma rede crescente, que inclui uma diversidade de moradores urbanos que apoiam suas atividades de diversas maneiras. Alguns deles são profissionais bem sucedidos interessados em consumir alimentos de melhor qualidade, ou consumidores conscientes dos aspectos de saúde e pessoas desejosas de apoiar os produtores de pequena escala, ou ainda gente interessada nas tradições culinárias do Egito, ou entusiastas da permacultura, *chefs*, pesquisadores e os educadores que desejam envolver seus alunos em hortas escolares e comunitárias.

No total, cerca de 2000 consumidores estão envolvidos nas atividades, e a página da Nawaya no Facebook já recebeu 10 mil “curtidas” até agora. As pessoas que compram produtos da Nawaya apreciam particularmente o queijo branco tradicional, produzido com leite de búfala criada em pasto aberto, mel e também alimentos inovadores, como “café” sem cafeína à base de tâmaras.

“Ontem, no Mercado de Kattameya, comprei farinha da Nawaya. Ela cheira diferente e me lembrou da minha infância”, disse Essra, que imediatamente preparou um pão e foi buscar um pedaço de queijo para completar seu sanduíche.

Agora a Nawaya pretende difundir a iniciativa junto a um mercado ainda maior, principalmente os consumidores da classe média. Uma oferta mais ampla de produtos, quantidades significativas e uma maior exposição junto à sociedade pode ser decisivo para envolver mais participantes.

Uma rede criativa

Grande parte do sucesso da Nawaya pode ser atribuída ao compromisso de sua equipe e da sólida rede local que foi ativamente envolvida desde o início. O acesso a recursos financeiros no início permitiu que se aprendesse fazendo, e dispor de um espaço na Fagnoon Art School, foi particularmente útil para o grupo se constituir como uma comunidade.

E, ao trabalhar de perto com a comunidade já ligada à ICE-Cairo, pôde acessar uma riqueza de ideias criativas que ajudaram a encontrar soluções para muitas questões práticas. Porém, ainda é um desafio navegar em meio a uma legislação que não favorece as operações agrícolas de pequena escala, e à dificuldade para acessar conhecimentos quando necessário.

A Nawaya criou uma ‘ponte’, onde as famílias de agricultores dedicadas a reduzir os insumos externos e diversificar suas atividades podem alcançar os moradores da cidade do Cairo. Mas esse sucesso não veio facilmente. Talvez a lição mais importante aprendida foi reconhecer a importância de assumir os riscos, o processo de tentativa e erro, e como lidar com as perdas de modo construtivo.

Ainda há muito trabalho à frente conforme a Nawaya planeja explorar mais o conceito da agricultura multifuncional. Os participantes identificaram necessidades tais como um planejamento estratégico dos negócios, canais de comercialização melhores, e o envolvimento de mais moradores urbanos.

Também o trabalho voltado para a coesão social e a gestão de conflitos vem se tornando crescentemente necessário conforme a equipe atua de perto com as comunidades envolvidas.

Tarek Soliman (<mailto:tareksoliman143@gmail.com>) é mestre em agroecologia e consultor independente sobre produção sustentável de alimentos, trabalhando com organizações da sociedade civil ligadas ao direito à alimentação. É bolsista no programa de inovação alimentar do Future Food Institute, em Bolonha, Itália.

Opinião

Encontrando a segurança alimentar no *continuum* rural-urbano

Pablo Tittone

Só recentemente percebi que, quando eu era criança, meu avô praticava uma forma de agricultura urbana em nosso quintal no subúrbio de Buenos Aires. Mas ele não via a atividade dessa maneira. Para os seus olhos, ele estava apenas produzindo hortaliças para a família, assim como seu pai fazia no Piemonte, nos Alpes italianos, antes de migrarem para a Argentina. Muitas pessoas ao redor faziam o mesmo, também.



De fato, nossa vizinhança foi um cinturão de produção comercial de hortaliças até poucas décadas atrás. Durante essa transição nós vivemos numa paisagem aberta ainda com alguns vestígios de vegetação nativa nos solos de baixa produtividade, nos charcos e margens de rios, em meio aos novos sinais de urbanização – infraestrutura, transporte público, escolas, parques e comércio. Eu penso nesse mosaico toda vez que ouço falar de projetos para novas cidades verdes na Europa.

Eu também me lembro de outros lugares. Quanto eu visitei pela primeira vez o distrito de Vihiga, no Quênia ocidental, em 2002, a densidade da população já era incrivelmente alta, com até mil pessoas vivendo em cada quilômetro quadrado. Com famílias em média formadas por cinco pessoas cultivando áreas menores do que meio hectare, cerca de 60% das moradias dependia em parte, ou na maior parte, de rendimentos fora da prática agrícola.

A vida não teria sido possível sem uma forte e fluida conexão rural-urbana. Membros da família vivendo em cidades enviavam dinheiro para suas “casas” rurais. E especialmente em tempos de crise econômica, as famílias rurais enviam alimentos para ajudar os parentes vivendo nas cidades. Ao revisitar a área em 2012, percebemos que a conexão rural-urbana havia se tornado ainda mais forte, com a difusão dos telefones celulares.

A produção dos pequenos agricultores nessas regiões periféricas está sendo subsidiada privadamente, pelas remessas de dinheiro enviado por parentes e por atividades não agrícolas. O que é lógico... Você não pode viver da produção de milho em uma área de meio hectare (5.000 m²) mesmo que consiga a maior produtividade do mundo!

Talvez seja tempo para repensar o papel desses sítios que cobrem o *continuum* rural-urbano.

A agricultura periurbana está desaparecendo como uma opção de vida profissional, mas não como fonte de alimentos tradicionais e diversificados, que nem sempre são encontrados no mercado.

Os produtos locais podem compensar choques de preços em tempos de escassez, contribuir substancialmente para a alimentação dos moradores do campo e das cidades, prover serviços ecossistêmicos e manter a agrobiodiversidade.

O que era verdade nos anos 1970s continua verdade hoje em dia em Vihiga, e pode se tornar realidade nas futuras cidades verdes europeias.

Talvez possa ser uma alternativa para a abordagem atual da pesquisa e desenvolvimento ligados à segurança alimentar, que continua a promover a ideia de que safras crescentes de alimentos ricos em amido são a principal solução.

Pablo Tittone < pablo.tittone@wur.nl > é professor de ecologia dos sistemas agrícolas, na Universidade de Wageningen, na Holanda. É membro da diretoria da rede da African Conservation Tillage, e ponto focal na Europa da Latin American Scientific Society on Agroecology (SOCLA).

Enraizado localmente > Ideias e iniciativas vindas do campo

Aprendendo a almoçar com a natureza

Sudhirendar Sharma

São muitos os benefícios produzidos pelas relações rural-urbanas mais fortes. Entre outros, os consumidores têm acesso a alimentos saudáveis, produzidos ecologicamente, e estabelecem um vínculo com os agricultores, enquanto que os produtores têm acesso a mercados que valorizam o seu modo de vida. Como visto aqui, é por essas razões que produtores e consumidores estão trabalhando juntos para fortalecer as conexões entre o rural e o urbano.



Foto: Shekhar Bhadsavle

Como você conseguiu hoje o seu esplêndido almoço? Foi por que você tem dinheiro bastante ou foi por que pessoas trabalharam para produzi-lo?

De onde você pensa que vem a sua comida, e de onde ela virá no futuro?

Essas são algumas das questões que atraíram centenas de moradores de Mumbai e Pune até Saguna Baug – uma pequena fazenda multifuncional de 50 hectares de Chandrashekhar Bhadsavle, que combina agroturismo com cultivo de cereais, frutas, criação de gado e piscicultura. Restaurar a dignidade da agricultura como uma vocação foi o principal objetivo para transformar a fazenda num centro de agroturismo.

Nos últimos 20 anos, a fazenda se tornou um local onde o lazer e a aprendizagem fundem-se e oferecem oportunidades para os produtores e consumidores interagirem. Esta interface rural-urbana traz os visitantes para perto da natureza, onde podem aprender na prática como é a produção de diversos alimentos. Os visitantes também podem observar pássaros, desfrutar de piscinas, comprar os produtos locais e ajudar nos trabalhos agrícolas. Assim eles podem compreender melhor os desafios e pressões que os agricultores enfrentam.

E essa “apreciação não apenas gera confiança mas também restaura a dignidade dos produtores”, diz Bhadsavle, que percebe bem que recuperar a confiança dos produtores na agricultura é crucial para reverter o êxodo rural. Essa iniciativa também oferece outros benefícios. O agroturismo responde por 40% do faturamento da Saguna Baug, e a fazenda hoje emprega 60 jovens locais e, conforme os consumidores aprendem como seus alimentos são produzidos, eles vão reformulando os seus hábitos alimentares.

Sudhirendar Sharma (sudhirendarsharma@gmail.com), da Ecological Foundation de Nova Deli, Índia, pesquisa sobre agricultura e desenvolvimento.

Os camponeses bascos se conectam às cidades



Photo: FORMACIÓN - EHNE BIZKAIA

No País Basco (Espanha), a grave crise econômica associada com níveis inéditos de desemprego entre os mais jovens, está abrindo espaço para a agricultura como uma nova oportunidade de trabalho, especialmente para a juventude.

Os jovens estão buscando um futuro mais digno no campo, ligado à produção de alimentos de qualidade, e também um outro estilo de vida.

É notável que muitos deles nasceram e cresceram nas cidades e vilas do País Basco (ver artigo sobre juventude e agricultura na página 28).

Ao mesmo tempo, o País Basco é um terreno fértil para o surgimento de variadas dinâmicas que conectam os consumidores urbanos com os produtores rurais.

Entre elas, crescem as redes de consumidores em torno dos pequenos agricultores, iniciativas comerciais baseadas em produtos camponeses com alta qualidade, e iniciativas para revigorar os mercados de produtores por meio da organização de vendas diretas.

Essas inovações são prioridades na agenda sociopolítica e estratégias das organizações de produtores agrícolas, e especialmente para a União dos Agricultores Bascos (*EHNE Biscay*), integrante da rede “Via Campesina”.

Para maiores informações, contate bizkaia@ehnebizkaia.eus ou visite ehnebizkaia.eus.

Reino Unido

Cultivando comunidades

A Growing Communities é uma empresa social bem sucedida que constrói alternativas lideradas pelas comunidades ao prejudicial sistema alimentar atual (growingcommunities.org). Criada em 1997, a GC conta atualmente com uma equipe de 25 membros trabalhando em horário de meio-expediente. Eles garantem a conexão direta entre os produtores e os consumidores de várias maneiras, e é essa diversidade que torna único esse empreendimento.

Por meio de um sistema de distribuição de cestas, mais de 3 mil pessoas recebem toda semana hortaliças orgânicas frescas produzidas localmente. A GC também criou o mercado de produtores de Stoke Newington, onde 25 agricultores locais vendem diretamente aos consumidores todo sábado.

Além dessas iniciativas de comercialização, a GC mantém o sítio produtivo 'Patchwork Farm' localizado a leste de Londres.

Foto: Sophie Verhagen



Cultivando 12 pequenas hortas comerciais e lotes com 100 m² em média cada um, eles produzem duas toneladas de hortaliças folhosas a cada ano. E essa produção é complementada por uma variedade de frutas e legumes produzidos em Dagenham Farm, cuja área produtiva mede cerca de 7.500m².

Novos aprendizes de produtores urbanos são treinados anualmente nesses locais e o grupo também apoia outras comunidades que desejam aprimorar seus próprios sistemas alimentares.

Através de um “programa de iniciação” que oferece oficinas, instrumentos financeiros, apoio prático e empréstimos sem juros, mais de 10 grupos por todo o Reino Unido já organizaram seus sistemas de entrega de cestas.

Maiores informações: contate Richenda Wilson < growcomm@growingcommunities.org >.

Equador

250.000 famílias lideram a transição alimentar

Frustrado pela incapacidade ou desinteresse de seu governo para lidar seriamente com as consequências indesejáveis na saúde, na sociedade e no meio ambiente dos alimentos industrializados, o Coletivo Nacional de Agroecologia do Equador lançou uma campanha ambiciosa, de recrutar 250 mil famílias que se comprometam em dedicar ao menos metade de seu orçamento em comida para comprar alimentos produzidos “responsavelmente”: ou seja, alimentos livres de pesticidas e transgênicos, produzidos localmente, empoderados culturalmente, e sustentáveis.

Juntos, esses recursos somariam cerca de 300 milhões de dólares por ano – um investimento substancial na busca da transição para uma alimentação mais saudável. Nas palavras de uma mãe preocupada: “se o governo não quer representar nossos interesses, então precisamos tomar as coisas em nossas próprias mãos”.

Para recrutar essas 250 mil famílias (aproximadamente 5% da população do país), o Coletivo uma rede reunindo cerca de 300 organizações, está reforçando sua metodologia, já testada, de oficinas alimentares sensoriais, e da condução de um “jogo”, no qual as famílias participantes completam uma série de desafios para autoavaliarem a qualidade e os efeitos de suas práticas alimentares. As famílias também compartilham suas experiências por meio de vídeos de um minute: quericoes.org.

Eles representam um exemplo para seus vizinhos e por meio dessa nova campanha tornam-se parte do movimento agroecológico do país – uma força democrática crescente por um futuro mais saboroso...



Maiores informações:

Ana Deaconu

< adeaconu@ekorural.org >

ou consulte a 29ª. edição

da Revista de Agricultura Urbana, onde há um artigo sobre essa iniciativa.

Foto: Ana Deaconu

Paisagem ameaçada une comunidades rurais e urbanas

Pia Kieninger e Marianne Penker

Nos últimos 50 anos, cerca de um quarto da terra agricultável japonesa foi perdido, ameaçando a produção e a oferta de alimentos, a paisagem cultural e a biodiversidade. Entre os cenários culturais mais valiosos do Japão incluem-se os terraços de arroz. Para prevenir que fossem abandonados, um conceito inovador conhecido como de Sistema de Propriedade (Ownership System), foi concebido há cerca de 25 anos. Ele hoje se tornou um movimento nacional baseado na cooperação entre comunidades rurais e urbanas que combinam a produção de alimentos com a conservação da paisagem, atividades culturais e a educação ambiental.

O Japão é um dos países industrializados onde a população rural encolhe e envelhece mais rapidamente. Aproximadamente 75% da população nacional vive em cidades, localizadas nas poucas áreas mais planas de um país no geral montanhoso. O Japão reúne a maior população de idosos no mundo, com 25% da sua população tendo 65 anos ou mais, e a idade média dos agricultores está perto de 70 anos. O problema da redução e do envelhecimento da população rural no Japão levou à criação da expressão “genkai shuraku”, que significa literalmente “comunidade no limite da existência”.

Conforme as comunidades rurais se reduzem, a terra vai sendo abandonada, a infraestrutura é perdida, e as paisagens culturais tradicionais japonesas, conhecidas como “satoyama”, se degradam. Na estratégia nacional de biodiversidade, a “falta de influência humana” nos satoyamas é destacada como uma das três principais ameaças à sua preservação, e o papel da sociedade civil para proteger essas paisagens é muito destacado.



‘Proprietários’ colhem o arroz manualmente e o poem para secar. Foto: Pia Kieninger

Os terraços de arroz (“tanada”) constituem um satoyama especialmente importante, embora 40% deles estejam hoje abandonados por todo o país. Além da produção de alimento, eles são pontos importantes de biodiversidade e identidade cultural. Muitas pessoas os percebem como a paisagem mais significativa, pela qual se sentem atraídas por causa de seu alto valor cultural e estético. Os tanadas são o cenário onde viveram seus antepassados, intimamente ligado à cultura e às tradições, lar (espiritual) e espaço importante na identidade nacional.

O movimento dos Sistemas de Propriedade para salvar os satoyamas começou nos anos 1980s, a princípio principalmente visando à proteção das florestas – já que o cultivo de áreas agrícolas estava restrito legalmente apenas a agricultores. Porém, para apoiar o envolvimento dos cidadãos nas áreas rurais, o governo suspendeu essas restrições em diversos distritos especialmente escolhidos.

O primeiro Sistema de Propriedade de tanada foi iniciado em Yusuvara, na ilha de Shikoku, 1992. Esse sistema tornou-se depois um movimento nacional, onde moradores urbanos principalmente, denominados ‘proprietários’, arrendam uma área agrícola para cultivar com o bem organizado apoio dos agricultores locais e de outros especialistas.

Entre os vários tipos de Sistemas de Propriedade no Japão, os focados na produção de arroz são os mais populares. Em 2008, 187 sistemas de propriedade de tanadas estavam registrados oficialmente no Japão, mas o número real é certamente bem maior.



Foto: Pia Kieninger

A criação de muitos sistemas de propriedade de tanadas coincidiu com o prêmio do Ministério da Agricultura para os 100 terraços de arroz que combinem melhor a beleza cênica com o seu uso sustentável. Esse prêmio trouxe publicidade e visitantes aos terraços de arroz, e também elevou a autoestima dos moradores locais e produtores tradicionais, levando-os a se engajarem também nas atividades de conservação de suas áreas.

Os sistemas de propriedade de tanadas seguem os mesmos princípios dos demais, porém a organização, o tamanho e as taxas de participação diferem. Na área da cidade de Kamogawa, perto da Grande Tóquio, existem pelo menos sete sistemas de propriedade. Um deles, o Oyamasenmaida, no município de Chiba, é visto geralmente como o melhor exemplo de boas práticas em tanadas.

As experiências dos moradores locais e urbanos que participam nele serão descritas a seguir.

Oyamasenmaida

A tanada de Oyamasenmaida forma uma paisagem de terraços de arroz cortados numa montanha situada a cerca de 100 km a sudeste de Tóquio. São cerca de 400 terraços, que variam de 20 a 900 m² de tamanho, ao longo da vertente sudeste da montanha. Eles pertencem a moradores do vilarejo de Kogane, que reúne cerca de 20 moradias.

Com a população envelhecendo, essa região sente a falta de sucessores, em parte por causa do tamanho insuficiente e antieconômico das áreas de cultivo. Em 1997, os donos dos terraços e outros moradores locais fundaram a ONG 'Oyamasenmaida Preservation Association' e iniciaram um sistema de propriedade de tanadas para proteger seus terraços de arroz.

Os fundadores viram o sistema de propriedade como uma situação ganha-ganha para a região. O diretor nos explicou: "o sistema de propriedade é o mais correto, pois os pequenos terraços têm o tamanho adequado e suficiente para os moradores urbanos, enquanto que os agricultores locais são mais velhos e têm muito conhecimento para oferecer à gente da cidade".

Em 2000, o sistema de propriedade iniciou 39 terraços na região, e a membresia cresceu rapidamente para chegar, em 2006, a 453 'proprietários' arrendando 415 lotes, o que significa mais de 1000 participantes quando incluímos suas famílias e amigos.

São oferecidos seis programas diferentes. Dois são voltados para o cultivo de arroz (para indivíduos com parentes e amigos ou para grupos que vão compartilhar o mesmo terraço), outro para o cultivo de arroz e produção de saquê, outro para o cultivo de soja, e ainda outro para o cultivo de algodão, produção de tecidos e seu tingimento usando índigo. O sexto programa é o mais recente, e está voltado para a recuperação de casas antigas.

As taxas de participação para os moradores urbanos variam desde cerca de 30 a 300 dólares, dependendo do tipo de programa e do tamanho do terraço, com 10% da taxa indo para o dono do terreno e o resto para a associação.

As atividades dos "proprietários" são programadas para sete dias de trabalho coletivo por ano: o plantio do arroz, em abril ou maio, a capina de invasoras em junho, julho e agosto, a colheita e a debulha em setembro, e o festival da colheita em outubro.

Trocas intergeracionais após a colheita. Foto: Pia Kieninger



Cada um desses dias começa com o registro dos presentes e uma palestra de boas-vindas, e uma explicação sobre as atividades a serem realizadas. Membros da Oyamasenmaida Preservation Association e voluntários locais agem como instrutores, enquanto que, no resto da estação, a associação cuida de outras tarefas. Além dessas atividades programadas, o intercâmbio e a comunicação entre os arrendatários, agricultores e a comunidade local são constantes e muito importantes.

Os dias de trabalho incluem geralmente almoço e jantar compartilhados, dança típica da região e karaokê. Isso ajuda a estabelecer e aprofundar amizades entre os participantes. Além disso, muitas atividades paralelas são oferecidas, como cursos de culinária e artesanato tradicionais, educação ambiental, caminhadas, danças tradicionais, concertos, teatro, e até torneios de vôlei nos terraços antes do plantio do arroz. A associação também construiu o clube Tanada, financiado pela prefeitura, para encorajar o intercâmbio rural-urbano.

“Muitos moradores urbanos encontram agricultores no clube e se tornam amigos. Eu imagino que esse é um dos principais objetivos do clube”, diz um dos arrendatários que desenvolveu uma grande amizade com o dono da área que cultiva, e em cuja casa dorme nas noites às vésperas dos dias de trabalho.

‘Proprietários’ recebem instruções de agricultores e de membros da Associação antes de plantar o arroz.
Foto: Pia Kieninger



Por que participar?

As motivações que animam os donos dos terrenos e as comunidades locais a participarem do programa incluem a conservação da paisagem, o renascimento das áreas rurais, as trocas com a população urbana, e a volta de muitas pessoas urbanas para o campo, no longo prazo.

Ainda precisa ser verificado se a maior parte da população urbana japonesa estaria motivada par ir para o campo e assumir a agricultura como profissão, ou apenas ajudar a reconstruir as comunidades rurais. Atualmente, os participantes urbanos dos sistemas viajam até 150 km para chegar aos seus terraços motivados principalmente por seu amor aos terraços de arroz que desejam preservar. Eles também buscam recreação, a alegria do trabalho manual em grupo ao ar livre, junto à natureza.

A maior parte deles nunca tivera contato com a agricultura antes de participar do projeto, e querem aprender mais sobre o cultivo e as tradições culturais do Japão rural. Muitos pais percebem o valor educativo da atividade para seus filhos.

“Um tanada só pode ser cultivado à mão. É importante preservar a herança de nossos antepassados e a paisagem cultural. Eu trago meus filhos e netos para aprenderem a trabalhar com suas mãos. É muito importante que as crianças vejam como o trabalho manual é exigente.”



Paisagem cultural protegida pelo sistema de arrendamento de tanadas. Foto Pia Kieninger

A importância dos sistemas de propriedade para a produção regional de alimentos é marginal, já que as áreas de plantio e a quantidade de arroz colhido pelas pessoas são pequenas, e – do ponto de vista econômico – sairia mais barato comprar o arroz no supermercado.

Porém, os valores “não econômicos” ganhos durante o processo de produção do próprio arroz, sakê, soja, tofu etc. superam com folga os preços mais baixos oferecidos no comércio convencional. Além disso, desde o desastre nuclear de Fukushima, em 2011, o diretor da associação notou o aumento do interesse por segurança alimentar, principalmente entre as pessoas e famílias mais jovens.

O resto do mundo

Embora a experiência japonesa seja única, em termos de seus processos de transformação socioeconômica, cultural e demográfica, existem similaridades com outras iniciativas ao redor do mundo. Por exemplo, um sistema parecido chamado ‘arrende um vinhedo’ iniciado em 2002 em áreas vinícolas de Purbach e Retz, na Áustria. Voluntários aprendem a apreciar o labor agrícola e a paisagem rural e são recompensados com o seu próprio vinho. Como no Japão, os participantes trabalham de cinco a seis dias por ano.

O projeto foi iniciado pela associação turística local para promover a região e apoiar os produtores locais com uma renda extra. Enquanto que os sistemas de propriedade de tanadas no Japão ajudam a preservar terraços de arroz ameaçados pelo abandono, em Purbach, alguns vinhedos foram recém plantados para serem arrendados no âmbito do projeto, e em Retz, os produtores se alternam para oferecer suas terras para arrendamento.

Como no Japão, os participantes na Áustria são principalmente moradores urbanos com educação superior, só que com uma grande paixão por vinho.

Proteger a paisagem e acompanhar todas as etapas da produção de um alimento parece motivar decisivamente os participantes urbanos. A cooperação rural-urbana presente no Japão não apenas satisfaz os participantes urbanos, mas também pode ser altamente benéfica para a conservação das paisagens culturais e da biodiversidade.

E por fim, mas não menos importante, o trabalho dos agricultores locais é altamente valorizado, e eles estão cada vez mais dispostos e aptos a compartilhar seus conhecimentos, experiências e habilidades no processo de cultivar em conjunto as suas terras.



Celebrando com teatro tradicional no festival anual da colheita de arroz. Foto: Pia Kieninger

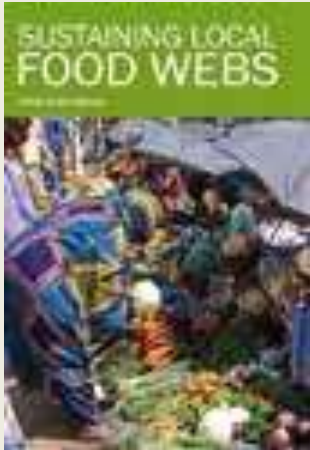
Pia Kieninger < kieninger.pia@gmail.com > defendeu sua tese de doutorado na Universidade de Recursos Naturais e Ciências da Vida, de Viena, Áustria, sobre 'Engajamento cívico e a preservação da paisagem cultural no Japão'.

Marianne Penker < marianne.penker@boku.ac.at > é a diretora-geral do Instituto para o Desenvolvimento Econômico Sustentável na mesma Universidade.

Atenção! > Novidades impressas!

Sustaining Local Food Webs

B. Murphey (Ed.), 2014. Practical Action Publishing, Warwickshire, Reino Unido, 92 páginas.



Esse relatório conclui que “as redes locais de alimentos são um dos fundamentos para o modelo de abastecimento que deve ser priorizado para assegurar o acesso à alimentação no futuro.” Os autores buscam convencer desse fato todos que têm influência na formulação das políticas agrícola, alimentar e nutricional.

Os estudos de caso exploram os contextos africano e europeu e demonstram que as redes locais são eficientes quando comparadas com as cadeias longas de abastecimento, que distribuem os alimentos produzidos distante pela agricultura industrial, bem longe dos consumidores.

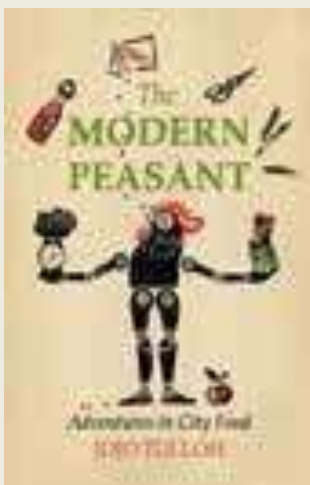
Cada caso estudado reúne diferentes argumentos para a maior proteção e mais investimentos e apoio para as redes locais de alimentos. Por exemplo, na República dos Camarões, a produção e as trocas de alimentos produzidos localmente se revelaram como decisivas na subsistência de muitos nas crises no setor formal. No Quênia, as redes alimentares provaram sua capacidade de fornecer alimentos para a maioria mesmo quando os pequenos produtores são empurrados para as periferias. E, na Inglaterra, o mapeamento das redes locais revelou-se ponderosa ferramenta contra o predomínio do agronegócio e das grandes redes.

As similaridades entre as ameaças para as redes locais de alimentos são destacadas nos casos estudados, e analisados os impactos mútuos entre os setores agrícolas na Europa e na África.

No geral, o livro oferece justificativas incontornáveis para o apoio às redes locais que tanto ajudam a promover a soberania alimentar.

The modern peasant: adventures in city food

J. Tulloh, 2013. Chatto e Windus, Londres, Reino Unido, 336 páginas.



Alarmado pelo fato de que os residentes urbanos estão cada vez mais apartados dos ambientes rurais e que os custos ocultos da ‘cultura de supermercado’ são imensos, esse livro buscou descobrir se algum tipo de autossuficiência parecida com a dos camponeses tradicionais poderia ser alcançada pelos moradores das cidades.

A autora foi inspirada pela sua descoberta de que Londres está fervilhando com os assim chamados “camponeses modernos” (*modern peasants*). Os relatos vívidos de suas visitas a esses produtores são complementados por dicas para o preparo de pães, geleias, picles, fermentação e forragem para animais.

Essas histórias e um conhecimento profundo de culinária estão combinadas para celebrar a cidade como um centro de produção de alimentos. E as experiências de Londres mostram que aproveitar o melhor das tradições do passado e do presente é muito divertido.

Urbanisation, rural–urban migration and poverty

C. Tacoli, G. McGranahan e D. Satterthwaite, 2015. International Institute for Environment and Development, London, UK, 33 páginas.



Num mundo crescentemente industrializado, transformações substanciais na distribuição da população parecem inevitáveis.

Nos países onde a maioria da população é rural, os sistemas de produção agrícola estão cada vez mais baseados na produção mecanizada, de larga escala. E geralmente o acesso inadequado aos recursos aumenta a dificuldade dos pequenos agricultores para se adaptarem às secas e instabilidades climáticas.

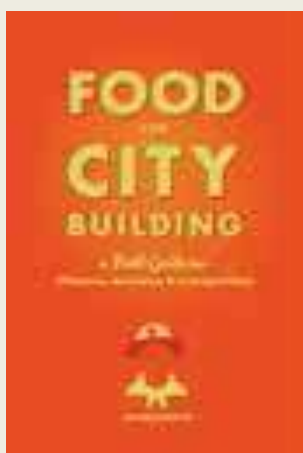
O êxodo rural para as cidades é o resultado dessas transformações, e um componente crítico no processo de urbanização.

Esse estudo tem o objetivo de compreender melhor a migração e a pobreza urbana e discutir a tese de que a pobreza urbana é resultado da migração.

Os autores enfatizam o papel dos governos municipais e das cidades em atender as necessidades de seus residentes e insistem que a falta de informações sobre os moradores das comunidades informais de baixa renda é uma das razões pelas quais os governos falham na redução da pobreza urbana.

Food for City Building: A Field Guide for Planners Actionists and Entrepreneurs

W. Roberts, 2014. Hyphenotic Inc. Toronto, Canadá, 336 páginas.



Esse livro reflete a experiência de Wayne Roberts após 10 anos como diretor do Conselho de Política Alimentar de Toronto, um grupo pioneiro e o primeiro conselho de política alimentar a ser oficialmente integrado ao governo de uma cidade importante.

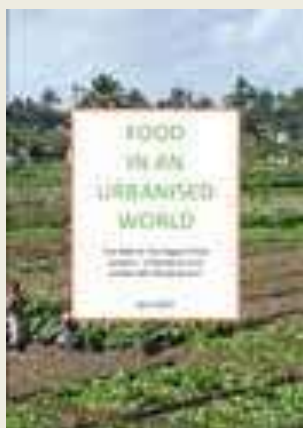
O autor discute como pôr as pessoas e o local em primeiro lugar na formulação da política alimentar, e faz um resumo impressionante quando diz: “conectar muitos dos pontos ligando a alimentação... ao local ...às agências locais... aos negócios de base comunitária... aos agricultores... aos trabalhadores... ao ambiente... aos governos locais... aos moradores... aos cidadãos... aos ativistas... aos educadores, à

democracia e ao empoderamento... à saúde mental e física... e à espiritualidade.”

A versatilidade do livro se reflete na diversidade dos grupos de leitores a quem se dirige – incluindo empreendedores, inovadores, ativistas, técnicos do governo, formuladores de políticas públicas que envolvem as dimensões ligadas à alimentação no processo de desenvolvimento, bem como os jovens que estão energizando o movimento ativista alimentar e formam a próxima geração de profissionais e líderes ligados ao setor.

Food in an urbanized world. The role of city region food systems in resilience and sustainable development

S. Jennings, J. Cottey, T. Curtis e S. Miller, 2015. 3Keel, Oxford, Reino Unido, 92 páginas

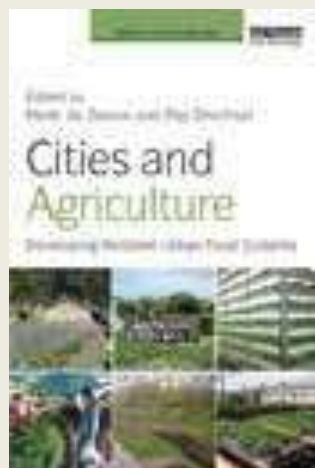


Esse relato, encomendado pelo Prince of Wales's International Sustainability Unit, busca fornecer uma visão geral e sintética do atual estado do conhecimento sobre os sistemas alimentares urbano-regionais. O conceito de 'sistema alimentar urbano-regional' (city region food system) surgiu recentemente com força nas discussões internacionais, como ficou firmado no Global Call for Action on City Region Food Systems, assinado por uma coalizão internacional de ONGs e organizações governamentais no 7º Fórum Urbano Mundial, em Medellín, Colômbia, em 2014 (www.cityregionfoodsyste.ms.org).

O relatório pretende esclarecer o conceito de sistema alimentar urbano-regional e analisa os benefícios possíveis quando se adota a abordagem urbano-regional para o planejamento de políticas alimentares. São recomendadas as ações para ajudar os interessados a assegurarem melhoramentos na eficiência dos sistemas alimentares no nível urbano-regional, e implementarem abordagens mais integradas para melhorar as ligações entre o campo e as cidades.

Cities and Agriculture. Developing Resilient Urban Food Systems

H. de Zeeuw e P. Drechsel (Eds.), 2015. Earthscan Food and Agriculture Series, Routledge, 416 páginas.



Em resposta ao desafio colocado aos sistemas alimentares pelo crescente processo de urbanização, essa publicação apresenta capítulos baseados na experiência e no "estado-da-arte" com base em evidências, sobre as principais dimensões dos desafios alimentares urbanos, e os tipos de agricultura intra e periurbana.

O livro oferece aos planejadores urbanos, formuladores de políticas locais e outros envolvidos no desenvolvimento das cidades, uma visão geral de aspectos cruciais dos sistemas alimentares urbanos, com base em resultados de pesquisas recentes e experiências práticas nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Ao fazer isso, a equipe internacional de autores – alguns dos quais muito ligados à rede da Fundação RUAF – produziu um livro equilibrado para os estudantes de agricultura sustentável e de estudos urbanos, bem como uma base sólida para a formulação, planejamento e implementação de ações para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e justos.

O livro cobre uma ampla gama de tópicos relevantes, incluindo

- sistemas alimentares urbanos e políticas envolvidas;
- planejamento multiatorial;
- a agricultura no design urbano e planejamento espacial;
- as cadeias curtas de comercialização de alimentos;
- o uso produtivo e seguro dos resíduos orgânicos e das águas servidas;
- a agricultura urbana e a mudança climática;
- questões de gênero;
- o financiamento da agricultura urbana;
- e o papel da agricultura urbana em desastres e emergências.

A certificação participativa favorece os sistemas agroalimentares locais

Maria Alice F.C. Mendonça, Nina Abigail Caligiorne Cruz,
Irene Maria Cardoso e Flávia Charão Marques

Os sistemas participativos de garantia favorece o acesso dos agricultores aos diversos mercados, e oferece uma alternativa à certificação por uma entidade ou empresa certificadora – geralmente a um custo proibitivo. Os SPGs estabelecem redes entre os produtores e os consumidores, redefinindo os padrões da produção de alimentos de baixo para cima. Nos últimos dois anos, o número de sistemas participativos de garantia – SPG por todo o Brasil mais do que dobrou, resultando num acesso melhorado a alimentos saudáveis nas cidades e mais reconhecimento pelo trabalho dos produtores agroecológicos e orgânicos em pequena escala.



Photo: Rodrigo Carvalho

Embora o Brasil seja bem conhecido por seu investimento massivo na agricultura industrial, também é uma referência mundial quando se trata de políticas públicas de apoio à agroecologia e à produção orgânica. Essa reputação baseia-se amplamente num conjunto de políticas e programas institucionais que foram implementados desde o ano 2000. Entre eles incluem-se a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, lançada em 2012, seguida por um Plano Nacional em 2013.

A consolidação da agroecologia e o apoio à produção orgânica têm objetivos distintos, mas os sistemas participativos de garantia são um exemplo de estratégia que pode atuar em favorecimento tanto da produção orgânica, quanto agroecológica.

Dependendo de algumas variáveis, como, por exemplo, os espaços de comercialização, as diferenças entre a produção orgânica e agroecológica se tornam muito atenuadas, e os SPGs podem ser uma estratégia favorável para a produção agroecológica em pequena escala.

Rotulagem e certificação de produto orgânico

Os sistemas participativos de garantia são usados por mais da metade dos produtores orgânicos certificados, e cada vez mais os seus produtos estão chegando às populações urbanas. Os demais produtores têm seus produtos certificados por auditoria externa de empresas certificadoras ¹. No Brasil, os SPGs tornaram-se legalmente reconhecidos em 2009, prevendo duas abordagens diferentes.

A primeira, baseada nos ‘Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade’, permite aos produtores usarem o mesmo selo nacional de “Orgânico” usado pelos produtores que usam a certificação por meio de uma certificadora.

A segunda, baseada nas ‘Organizações de Controle Social - OCSs’, apenas fornece a certificação, sem dar direito ao uso do selo de “Orgânico”.

Esse último sistema serve para os agricultores que vendem diretamente a consumidores, urbanos ou rurais – por exemplo, em feiras locais ou diretamente em seus locais de cultivo – situações que não exigem um selo de produto orgânico.

“Sistemas Participativos de Garantia

“Os ‘Sistemas Participativos de Garantia – SPGs’ são sistemas de avaliação da qualidade focados localmente. Eles certificam os produtores com base na participação ativa dos envolvidos e na confiança nas redes sociais e na troca de conhecimento” descreve a IFOAM, a Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica.

Os SPGs também oferecem uma garantia confiável para os consumidores que buscam produtos certificados. Uma diferença básica com relação à certificação por uma entidade certificadora é que, nos SPGs, a garantia resulta da participação direta envolvendo produtores, consumidores e outros interessados, que definem eles mesmos os padrões e os procedimentos de verificação.

Os benefícios são evidentes. Os SPGs operam no nível local e são acessíveis aos pequenos agricultores, pois os custos e a burocracia são minimizados. Eles favorecem a flexibilidade e a diversidade dos agricultores. Eles encorajam a participação ativa e aumentam a consciência entre os consumidores, além de promover a expansão dos sistemas locais de produção e consumo de alimentos.

Hoje existem mais de 200 desses sistemas pelo Brasil, o que significa que muito mais produtos orgânicos e agroecológicos estão chegando aos consumidores, especialmente nas áreas urbanas, onde a demanda pela garantia de qualidade é mais exigida.

Por meio dos SPGs, os produtores buscam também consolidar suas identidades como produtores agroecológicos, e isso tem lhes conferido reconhecimento e apoio para produzirem de forma sustentável.

Autonomia

Os SPGs também aumentam a autonomia dos produtores agroecológicos. “Antes, o atravessador comprava nossos produtos podendo misturá-los com outros que levavam pesticidas, e decidir quanto ia nos pagar,” observou Terêncio, um produtor da comunidade de Arroio do Padre, no litoral norte do Rio Grande do Sul.

Ele agora participa de um grupo de agricultores produzindo nos padrões agroecológicos e se esforça por obter mais autonomia nas decisões sobre seu processo produtivo e também de comercialização.

Antes, além de depender do atravessador para alcançar os mercados, por causa das longas distâncias, esses agricultores eram cada vez mais pressionados pelas demandas do atravessador para que se especializassem, produzindo maiores quantidades de um número menor de produtos. Mas isso nem sempre estava de acordo com as aspirações deles.

Em 2006, esse grupo de agricultores familiares formou a Cooperativa de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT). Na época, a cooperativa era parte de sua estratégia para melhorar o acesso aos mercados locais e o mercado institucional por órgãos do governo – especialmente o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Implementar então um SPG foi visto como uma atividade complementar para a Cooperativa.

Além da possibilidade de fortalecer a produção agroecológica, com experiências já existentes na região, as famílias agricultoras vislumbravam a garantia de um mercado relativamente estável e, ainda, a possibilidade de um valor *premium* de até 30% pelos produtos certificados como orgânicos, conforme previsto na regulamentação federal.

Assim, em 2011, através da COOMAFITT, um grupo de famílias agricultoras iniciou o processo de certificação orgânica por meio do SPG.

O processo, que durou cerca de três anos, começou com apoio de técnicos de ONGs e dos serviços de extensão rural e ambiental públicos.

Essa parceria foi essencial inclusive na orientação dos agricultores sobre como lidar com a burocracia envolvida na consolidação de um SPG regulamentado pela legislação federal.

As famílias tinham experimentado os muitos benefícios por fazerem parte de um grupo. Monique Medeiros, técnica da EMATER-RS ² local à época, avaliou que, para muitas famílias, a certificação aumentou o reconhecimento do valor de seus produtos: “carregar o nome de um grupo (OPAC do Litoral Norte) facilitou muito o acesso a mercados mais justos e aos programas governamentais. Eu testemunhei os produtores ganharem mais poder e identidade por meio do SPG.”



Manter a autonomia é tão importante quanto acessar os mercados.
Foto: OPAC do Litoral Norte

Atualmente o grupo mantém encontros mensais reunindo 24 famílias sócias e alguns outros participantes itinerantes, principalmente agricultores e técnicos.

Em 2015 o Ministério da Agricultura aprovou seu status como um ‘Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica - OPAC’. Avalia-se que tanto a formação da COOMAFITT quanto a constituição do SPG tornaram os agricultores muito menos dependentes dos intermediários.

O reconhecimento como produtores agroecológicos

A autonomia com relação aos sistemas produtivos e a manutenção da identidade como produtores agroecológicos são tão importantes quanto alcançar os mercados. Esse é o caso de um grupo de 12 agricultores no município de Divino na Zona da Mata de Minas Gerais, na região sudeste do Brasil, que iniciou um processo de SPG no final de 2014.

Alguns agricultores de Divino vinham produzindo café ecológico em sistemas agroflorestais há mais de 15 anos sem certificação orgânica. Eles apostavam que o novo selo de orgânico poderia ajudá-los a alcançar os consumidores nas cidades que ainda não os conhecem enquanto agricultores agroecológicos.

Mas esses agricultores afirmam que não é só uma questão de técnicas orgânicas de produção, nem de acesso a mais consumidores; eles também se esforçam por obter o reconhecimento como agroecologistas. O principal objetivo do grupo é promover a difusão de sistemas de produção de alimentos que estejam em equilíbrio com os ecossistemas locais, respeitem a cultura local, e tenham o apoio de mercados urbanos justos. Desse modo, o grupo pensa que o SPG vai ajudar a expandir esse movimento.

E como eles estão se saindo? Os produtores pediram apoio técnico e organizacional ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), uma ONG com a qual já veem trabalhando há cerca de 20 anos.

Eles tiveram quatro reuniões até agora, cada uma delas numa propriedade diferente. O grupo está explorando junto como combinar suas aspirações e necessidades com as exigências legais para a certificação oficial. Durante cada reunião eles visitam os plantios, e os participantes refletem sobre o que observaram, desenvolvendo ideias relacionadas com a adoção de novas práticas e a adaptação das existentes.

Eles estão usando o “Manual do Manejo Orgânico” fornecido pelo Ministério da Agricultura para ajudar nesse processo. Esse Manual fornece informações acessíveis sobre técnicas orgânicas de manejo, e como gerenciar e fornecer as informações requeridas pelo Ministério da Agricultura.

Espaços rurais nas cidades

A natureza participativa do SPG significa que ele pode apoiar os diversos tipos de agricultores e agricultoras em pequena escala envolvidos com a produção agroecológica por todo o Brasil. Foi nesse cenário que um grupo de 28 produtores rurais e urbanos implementou a partir de 2011 um SPG na periferia de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

Além da intenção de expandir seus mercados locais para além das feiras livres, outra intenção do grupo é lutar e dar visibilidade para os “espaços rurais” produtivos em meio ao contexto urbano.

Apesar dos interesses dos grandes investidores e da mentalidade dos gestores municipais, o grupo reivindica reconhecimento como agricultores orgânicos e agroecológicos. Construir sua identidade como um grupo de produtores urbanos, orgânicos e agroecológicos certificados, foi uma grande realização.

Em 2011, os produtores, consumidores e técnicos do serviço de extensão rural se uniram para criar um SPG, e ao fim de 2014, o Ministério da Agricultura lhes autorizou a sua certificação.

Com seu novo selo, o objetivo é construir novos mercados que sejam compatíveis com sua produção agroecológica no ambiente competitivo da cidade. Eles vendem sua produção a restaurantes e lojas e estão trabalhando para ingressar no programa de compras de alimentos das escolas. Também se tornaram bem conhecidos por produzirem e venderem uma variedade de plantas comestíveis não convencionais, incluindo o araçá (*Psidium longipetiolatum*), o butiá (*Butia capitata*) e o tomate-de-capote (*Physalis angulate*), que são vendidas *in natura* ou processados em geleias e pães.

Um benefício extra do processo do SPG foi melhorar a cooperação dentro do grupo. Muitos deles são “novos produtores urbanos”, e o compartilhamento de conhecimentos e habilidades combinados com seus recursos é fundamental para o sucesso do grupo. Alguns produtores fornecem terra e insumos, enquanto outros colaboram com serviços ou conhecimento.

Isso lhes permitiu compartilharem os benefícios da produção urbana ecológica com um número muito maior de moradores de Porto Alegre.

Apoio institucional

O reconhecimento oficial e o apoio institucional para a certificação orgânica participativa serviram como um ponto de encontro para as experiências locais dos pequenos agricultores e as regras da produção orgânica.



Mercado de produtores em Porto Alegre.
Foto: Maria Alice Mendonça

Os vários Sistemas Participativos de Garantia bem sucedidos pelo Brasil demonstram a importância das interações positivas entre agricultores, instituições governamentais comprometidas e organizações da sociedade civil. Em todos os três exemplos descritos aqui, o apoio técnico e os incentivos financeiros, como o acesso aos programas governamentais de aquisição de alimentos, contribuíram para o seu sucesso.

A certificação participativa e seu reconhecimento pelos governos contribuem para o desenvolvimento da produção de alimentos ecologicamente orientada e para a expansão de sistemas alimentares locais e sustentáveis. A versatilidade dos SPGs deriva do fato de preservarem a autonomia e a criatividade dos produtores nos espaços rurais e urbanos, e de serem suficientemente flexíveis para lidar com diferentes circunstâncias, objetivos e aspirações.

Maria Alice Mendonça (maria.alice.fcm@gmail.com) é agrônoma e doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nina Abigail Caligiorne Cruz (nina@ctazm.org.br) é agrônoma e técnica do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM).

Irene Cardoso (irene@ufv.br) é professora-doutora em ciência do solo na Universidade Federal de Viçosa.

Flávia Charão Marques (flavia.marques@ufrgs.br) é professora-doutora em desenvolvimento rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Entrevista > Antonio Latucca

Agroecologia urbana – uma ferramenta de transformação social

Entrevista para Teresa Gianella-Estrems e Teobaldo Pinzás



Foto: Equipe de agricultura urbana de Rosário

Antonio Lattuca é o diretor do programa de agricultura urbana da cidade de Rosário, a 300 km a noroeste de Buenos Aires. O programa começou como uma resposta à crise econômica argentina de 2002, aproveitando as iniciativas que já existiam e promovendo a horticultura entre as famílias e nas escolas. Hoje é uma das iniciativas mais bem sucedidas de agricultura urbana na América do Sul, conectando grupos de consumidores, instituições educacionais, políticas públicas e o setor gastronômico, além de oferecer um importante modelo com o qual muitos estão aprendendo.

Qual foi a principal motivação por trás do programa de agricultura urbana?

No final dos anos 1990s, houve um movimento emergente pelo desenvolvimento territorial, e observando as hortas, o município interessou-se por promover o desenvolvimento local e estabelecer uma política municipal inclusiva e apoiativa voltada para a agricultura urbana.

A partir de experiências de programas anteriores, que focavam na agroecologia e nos bairros mais carentes, nós definimos uma série de objetivos que poderiam contribuir para que as famílias mais vulneráveis alcançassem maior soberania alimentar. Nós quisemos melhorar a paisagem dos bairros com a produção de alimentos orgânicos saudáveis, estabelecer mercados que conectassem diretamente produtores e consumidores, aproveitar o potencial das pessoas desempregadas e também assegurar os direitos de posse. Nós verificamos que um programa de agricultura urbana seria o melhor meio para alcançar esses objetivos.

Por que vocês escolheram a agroecologia como a melhor abordagem?

Nós queremos promover o cultivo sustentável como um meio para a transformação social e gerar condições para o “bem-viver”. A agroecologia tem a vantagem de usar tecnologia acessível, enquanto reduz a dependência com relação a insumos externos. Os produtores aprendem a produzir seus próprios insumos e gerenciam por si todo o processo produtivo.

Qual a dimensão do programa?

Atualmente existem 1500 agricultores produzindo para suas famílias e outros 250 que também vendem os seus excedentes. E há vários tipos de produção urbana em Rosário. Há plantios domésticos, ou em escolas, ou em parques públicos, bem como em 24 hectares de terrenos disponíveis na cidade. Esses terrenos, que são propriedade do governo nacional ou do municipal, ou ainda da companhia ferroviária, estão divididos em lotes medindo entre 600 e 2000 m², e seu uso é garantido por contratos para as famílias interessadas.

Onde os produtos são vendidos e para quem?

Os produtores urbanos de Rosário oferecem os únicos alimentos agroecológicos – especialmente frutas e hortaliças – amplamente disponíveis na cidade. Esses alimentos podem ser comprados nos locais de produção, nos mercados de produtores orgânicos, por meio de sistemas de entrega de cestas, ou ainda consumidos em restaurantes para os quais os agricultores vendem seus produtos. O mercado para os produtos do programa está crescendo rapidamente, e já se transformou de um nicho do mercado para um mercado “de massa”. Muito esforço tem sido feito para assegurar que as pessoas mais carentes possam produzir e possam comprar as frutas e hortaliças da estação. Por exemplo, as famílias do mesmo bairro podem participar dos “clubes de troca”.

Como o programa estabeleceu a relação entre produtores e consumidores?

Durante seus 13 anos o programa construiu uma relação de confiança entre o governo, os agricultores urbanos e os consumidores. A Rede dos Horticultores de Rosário tem sido muito ativa. E uma rede de consumidores – Rede Vida Verde – organiza visitas aos locais de produção, garante a compra das hortaliças antes mesmo da colheita, e muitos de seus membros participam ativamente nos “almoços saudáveis” mensais, uma ideia proposta pelos produtores.

A experiência é apenas urbana ou os agricultores rurais também estão envolvidos?

Nós estamos envolvidos ativamente no Fórum Nacional de Agricultura Familiar, que ajudou a criar o Secretariado para a Agricultura Familiar, em julho de 2014. A experiência positiva em Rosário foi uma das razões pelas quais os pequenos produtores urbanos se tornaram reconhecidos por essa nova instituição. Isso é importante, já que os habilita a se cadastrarem no Registro Nacional dos Agricultores Familiares, o que lhes dá acesso a benefícios fiscais e a aposentadoria. Nós trabalhamos com agricultores na zona periurbana de Rosário, mas também com produtores em áreas rurais mais distantes, e com muitas associações e técnicos ligados à agroecologia. Por meio do CEPAR, nós também estamos ligados às redes de produtores orgânicos da Argentina, e ao Movimento Latinoamericano de Agroecologia. (MAELA). Nos últimos anos, um movimento que promove cinturões verdes livres de agroquímicos em volta das cidades no planalto onde Rosário está situada tornou-se mais ativo, e nosso trabalho tornou-se um ponto focal. Entre os participantes, aqueles com uma experiência na agricultura rural têm sido capazes de compartilhar e promover seus conhecimentos agroecológicos, particularmente aqueles relacionados com o melhoramento do solo e o manejo de pragas.

Como as mulheres e crianças são envolvidas?

Por meio de oficinas e outras atividades, promovemos a consciência sobre a necessidade de mudar as relações assimétricas de poder entre os homens e mulheres. As mulheres lideram a rede e constituem 65% de todos os participantes. Elas participam em todas as atividades, no cultivo das hortas, no processamento, no gerenciamento, e têm um papel de liderança na comercialização nos mercados locais.



Os jovens são tomados por entusiasmo pela agroecologia.
Foto: Silvio Moriconi

Acreditamos que os agricultores e hortelões deveriam estar no nível mais alto da hierarquia social, por que sem comida, não há nada. Porém nossa sociedade ainda não aprecia o trabalho agrícola adequadamente. Nós então nos esforçamos para melhorar a imagem dos agricultores e hortelões como guardiões do meio ambiente. Isso os ajuda a tornar a agricultura urbana mais atraente para a juventude. Os jovens são cada vez mais ativos no programa, e hoje cerca de 140 deles estão sendo treinados para se tornarem produtores urbanos.

Alguns são membros de cooperativas que oferecem serviços de jardinagem e horticultura ecologicamente orientados.

Outro grupo de jovens dá cursos de horticultura, enquanto outros treinam alunos das escolas de Rosário. Este último trabalho é particularmente importante por que encoraja interações entre os jovens vindos de bairros mais pobres da periferia com outros que moram nos bairros centrais, mais ricos.

Como se dá o treinamento, e as relações com escolas e universidades?

O treinamento e a capacitação de longo prazo estão no centro de nosso trabalho. O aprendizado começa com a prática agrícola complementada por oficinas, encontros, intercâmbios, excursões, seminários e congressos. Nós valorizamos todo conhecimento e a sabedoria envolvida nas práticas agrícolas. Nós criamos uma escola móvel que foca nas práticas ecológicas de produção agrícola. As primeiras 18 pessoas já receberam seus certificados e ainda neste ano um segundo grupo se formará. O certificado abre oportunidades para eles trabalharem como especialistas em agricultura ecológica.

O programa está integrado em 40 escolas que têm horta para promover a alimentação saudável e o cuidado com o meio ambiente. Também realizamos muitas atividades com várias faculdades da Universidade de Rosário, incluindo as de Ciências Agrárias, Arquitetura, Medicina e Engenharia Civil.

Preparando a terra para
mais uma horta urbana.
Foto: Programa de Agricultura
Urbana de Rosário



Como vocês compartilham a sua experiência?

Nossa experiência pioneira inspirou outras iniciativas de agricultura urbana na Argentina, em Morón, Mar del Plata, Rio Cuarto, Corrientes, Tucumán e

Santiago de Estero. E também inspiramos outras cidades da América Latina, que agora estão implementando iniciativas de agricultura urbana, como Lima no Peru, Belo Horizonte e Guarulhos no Brasil, e Bogotá na Colômbia. Formuladores de políticas, tomadores de decisões, técnicos e profissionais de outras cidades também nos visitam para aprender e adaptar as nossas experiências para o seu contexto. Muitos deles participaram de nossa semana anual de agricultura urbana, chamada RAICES (Rede, Alimento, Inclusão, Cultura,

Ecologia e Solidariedade) que nós realizamos nos últimos 12 anos. Nossos agricultores e membros da equipe também participam ativamente em vários outros eventos.

O que torna o programa tão relevante?

Embora nós trabalhemos principalmente com agricultura urbana, nosso programa está firmemente focado em questões sociais, como as abordagens territoriais, a agroecologia, a inclusão social e a proteção ambiental. O programa construiu pontes entre o rural e o urbano, entre os setores público e privado, e entre produtores e consumidores e a sociedade civil como um todo. E particularmente nós ajudamos a transformar a imagem dos agricultores, tornando-a mais positiva, e agora os produtores são apreciados em Rosário como cuidadores do ambiente e de nossas paisagens. E – talvez ainda mais importante – os jovens, os agricultores do future, foram contagiados com muito entusiasmo pela agroecologia, como uma atividade inovadora.

Para maiores informações, visite agriurbanarosario.com.ar ou twitter.com/AgriUrbanaRosar

Ligações rural-urbanas > Cadeias curtas de comercialização

Produtores e consumidores constroem novas práticas alimentares

Greet Goverde-Lips, Janneke Bruil e Henk Renting



Foto: Anne Carl

Iniciativas baseadas em ‘cadeias curtas’ entre agricultores e consumidores estão lenta mas firmemente ganhando terreno na Holanda, um país com um sistema alimentar fortemente industrializado. Na busca de alimentos saudáveis, frescos e ecológicos, os consumidores urbanos estão criando atualmente canais inovadores para apoiar produtores locais de alimentos orgânicos.

Um número crescente de cidadãos holandeses está preocupado com a alimentação industrializada. Eles estão apreensivos quanto aos efeitos dos aditivos para manter os alimentos “frescos” e apresentáveis por um longo período de tempo, e rejeitam o exagero das embalagens, os excessivos “quilômetros alimentares” e os desperdícios relacionados com o sistema alimentar atual, simbolizado pelos supermercados.

Eles também estão buscando alimentos frescos e saudáveis, e querem contribuir para a economia local e a sustentabilidade da agricultura regional.

‘Cadeias curtas’ inovadoras – nas quais os consumidores urbanos se envolvem diretamente com os produtores locais – estão abrindo novas perspectivas, com os consumidores obtendo produtos acessíveis, frescos e da estação, geralmente produzidos de modo (agro)ecológico. E os produtores recebem preços justos por eles.

As vendas diretas eliminam vários passos da cadeia alimentar, onde o poder está concentrado nas mãos de apenas alguns poucos distribuidores (ver a ilustração abaixo).

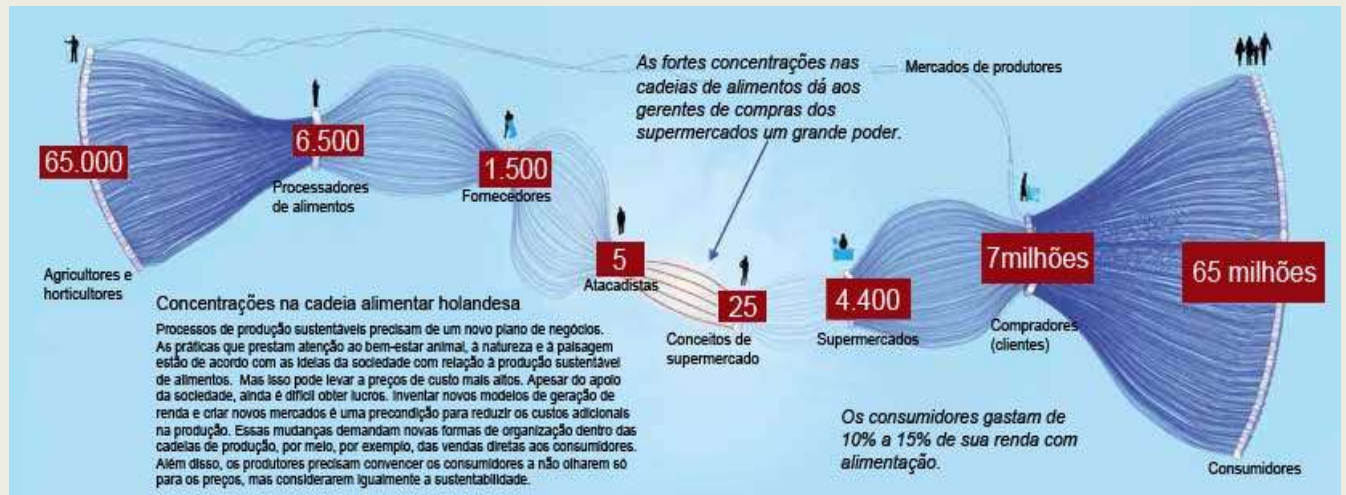


Imagem da PBL Netherlands Environmental Assessment Agency (pbl.nl/en/infographic/concentrations-within-the-dutch-food-chain), sob licença da Creative Commons (BY)

A saída

As vendas diretas representam uma alternativa para os agricultores que lutam para sobreviver no sistema dominante. Os preços das rações, sementes e adubos químicos estão sempre subindo, e ao mesmo tempo os grandes compradores-distribuidores estão sempre empurrando para baixo os valores que pagam aos agricultores por sua produção.

Isso acorrenta os produtores numa “corrida para o fundo do buraco”, onde acabam recebendo apenas uma pequena fração do preço pago pelos consumidores. E eles também ficam presos a uma lógica inglória, de aumentar a escala e a intensificação da produção – o que exige cada vez mais dinheiro emprestado pelos bancos. Incapazes de lidar com essas dificuldades, 33% dos agricultores holandeses abandonaram a atividade entre 2000 e 2013.

Muitos produtores procuram meios para escapar dessa armadilha. Mas devido à contínua tendência de aumentar a escala no setor agrícola holandês, uma grande base de consumidores é necessária para vender todos os produtos diretamente – e encontrar e manter consumidores requer muito tempo e esforço.

Como resultado, as muitas iniciativas que têm surgido para facilitar as vendas diretas dos produtores para os consumidores urbanos são uma transição importante nas práticas agrícolas e alimentares. Elas representam um novo modelo no contexto holandês, que, pelos padrões mundiais, é particularmente globalizado.

As experiências de duas dessas iniciativas serão descritas aqui.

“Coletivos” alimentares

Os coletivos alimentares, ou grupos de consumidores que compram alimentos diretamente de seus produtores, estão sendo organizados por todo o país.

Uma jovem chamada Judith Vos criou um Coletivo bem sucedido (voedselkollektief.nl/site/) em Amersfoort. Ele é baseado na internet: a cada semana os produtores participantes informam as hortaliças, frutas e produtos lácteos que têm para vender, e os consumidores encomendam o que lhes interessa. Consumidores voluntários buscam os alimentos onde são produzidos e os levam para um armazém na cidade, onde são organizados para serem buscados pelos demais compradores.

Todos os produtores estão situados a – no máximo – 25 km da cidade, para reduzir os quilômetros alimentares. O Coletivo começou com 25 pessoas em 2011, e agora tem 300 membros, todos supostamente contribuindo de alguma maneira para o grupo.

Organizar o Coletivo não foi fácil. Todo o trabalho é realizado de modo voluntário pelos membros, e, com o crescimento da iniciativa, as pessoas reconsideraram se poderiam fazer todo o trabalho necessário. Judith: “Quanto maior a organização, mais coordenação e feedback são necessários. Para algumas pessoas, isso não tem grande interesse, e para outras, é difícil lidar com tarefas mais complexas.”

O tempo restrito para que os consumidores possam buscar suas encomendas – apenas um dia e meio por semana – é outro problema. E ela acrescenta: “é importante considerar que as decisões, num coletivo, são tomadas de modo inclusivo, mas esse processo pode ser bem demorado!”



Todos os 300 membros do coletivo alimentar são consumidores e voluntários ao mesmo tempo. Fotos: Milieudefensie

O próximo passo foi estabelecer uma loja de verdade para oferecer também outros produtos, como massas e pão, e abrir seis dias por semana. Os desafios previstos incluem encontrar consumidores suficientes para pagar o aluguel e uma pequena equipe, e profissionalizar a organização. “Essa loja nos permitirá alcançar mais pessoas, que hoje consideram o Coletivo inacessível. Mas vamos manter o espírito de grupo, já que a loja será de propriedade de uma cooperativa de cidadãos urbanos”, complementa Judith.

Existem algumas dúzias de coletivos no país, atualmente. Mas como organizar um grupo desses? Judith recomenda: “Apenas comece. Decida o que você quer, e como.”

Você vai aprender conforme for fazendo.” Ela acrescenta que é importante lidar com as dificuldades conforme elas aparecem, e enfrentar o que não está funcionando bem.

Muito mais do que consumidores

Na fazenda Veld en Beek (veldenbeek.nl), perto de Wageningen, as 35 vacas são ‘propriedade’ dos consumidores, que compraram as suas “vacações”. Na verdade, os *vacionistas* colaboram na manutenção do gado, mas não são donos dele.

Centenas de cidadãos financiaram a compra original das vacas no início, em 1999. Hoje são mais de 1800 membros que compram semanalmente leite, iogurte, carne e hortaliças usando um sistema de encomendas *online*, e buscam os alimentos em contêineres refrigerados instalados em cinco distritos nas proximidades. Todos os membros têm sua chave para entrar no contêiner identificado como o mais conveniente.

O sistema é baseado na confiança e na qualidade dos produtos: os membros confiam nos produtores, transferindo por transações bancárias *online* o valor acertado, e os produtores confiam que os consumidores não vão pegar no contêiner mais do que foi combinado.

Uma vez por ano os membros se reúnem para discutir as questões mais importantes sobre as operações em andamento.

Os membros também têm voz ativa em decisões referentes aos métodos de produção e novos desenvolvimentos. Por exemplo, com base nas preocupações dos membros, os produtores aumentaram o tempo que os bezerros passam com suas mães. O vice-presidente da associação Kees van Veluw, considera: “Nós sabemos que nossos membros apreciam que as vacas pastem em campo aberto tanto quanto possível (em vez de ficarem estabuladas), que os bezerros sejam mantidos com suas mães e que o leite não seja contaminado por fertilizantes ou pesticidas.

Além disso, as vacas mantêm seus chifres e os antibióticos só são usados em emergências. Os membros já afirmaram muitas vezes a importância que dão a tudo isso.”

A fazenda abre suas portas para o público várias vezes por ano, e há uma reunião anual dos membros para discutir assuntos de interesse do projeto. As pessoas que compram e consomem esse leite orgânico produzido localmente são muito mais do que meros fregueses.

O que torna Veld en Beek tão bem sucedido?

Kees responde: “O Veld en Beek beneficia-se do novo movimento alimentar em curso na Holanda. As pessoas estão buscando alimentos produzidos localmente e de modo transparente, e gostam de ter contato com os produtores.”

Mas o sucesso do Veld en Beek tem sido acompanhado por desafios. Por exemplo, no contexto das regulamentações municipais, foi difícil encontrar espaço e aprovação para instalar os contêineres nas ruas, onde os produtores podem entrar para deixar os produtos e os consumidores podem ir buscá-los.

E, de acordo com Kees, o processo de aprendizado continua, “ainda estamos buscando o melhor modelo organizacional, que acomode bem os produtores, os investidores e os consumidores – os três grupos envolvidos na fazenda.”

Construindo centros de alimentação

Muitas iniciativas similares surgiram nos últimos anos, fornecendo importantes elementos para a transição rumo a um sistema alimentar mais local, sustentável e resiliente na Holanda. Porém, para ser realmente capaz de fazer uma diferença e oferecer uma alternativa séria para o sistema alimentar convencional, é necessário aumentar a escala e a coordenação. Isso é especialmente verdadeiro na Holanda, onde a natureza centralizada e de grande escala do sistema alimentar torna impossível para os pequenos agricultores acessarem o sistema de distribuição convencional.

Isso significa que as operações alternativas precisam operar num mercado com margens de lucro muito pequenas, e atendendo a consumidores acostumados a fazer compras em um só local, com todas as conveniências oferecidas pelos supermercados. Em resposta a esses desafios, diversas iniciativas envolvendo cadeias curtas entre os produtores e os consumidores urbanos estão agora se conectando em nível mais amplo, formando centros alimentares regionais baseados nas cidades, que, por um lado, reúnem a demanda dos consumidores, e, pelo outro, agregam a produção dos produtores locais e agroecológicos das áreas próximas.

Um exemplo em Amsterdã é o ‘Ons Eten’ (Nossa Comida) (onseten.nu/), que reúne diversos atores, incluindo a agência ambiental regional, para possibilitar a venda de produtos da região diretamente do campo para a mesa.

Iniciativas similares estão surgindo em outras regiões da Holanda, várias delas objetivando fornecer produtos ecológicos locais para instituições públicas e privadas. Tudo isso oferece uma visão promissora do que poderá ser a próxima fase no desenvolvimento de sistemas alimentares regionais profissionalizados na Holanda.

Essas conexões são um aspecto importante do movimento alimentar que cresce na Holanda. Quando as iniciativas se unem, ganham mais força e passam a representar um desafio importante para o sistema dominante.

Janneke Bruil <j.bruil@ileia.org> é advogada da ILEIA

Henk Renting <h.renting@ruaf.org> trabalha para a Fundação RUAF

Greet Goverde-Lips <h.goverde@chello.nl> é secretário da plataforma Earth, Farmer, Consumer, que reúne organizações de agricultores e defende mais regulação e a soberania alimentar nas políticas da Holanda e da Europa (aardeboerconsument.nl)

Os autores participam do movimento “Food Otherwise” (Comida Diferentemente) que promove sistemas agroalimentares mais justos e sustentáveis na Holanda e em Flandres.

Criando sistemas alimentares urbano-regionais

Emily Mattheisen

Conforme as cidades crescem e mais pessoas migram para as áreas urbanas, os atuais padrões insustentáveis de urbanização e as políticas públicas ineficazes tornam-se mais intoleráveis. As abordagens típicas que mantêm a separação-padrão entre o *rural* e o *urbano* negligenciam as ligações que conectam ambos os mundos. E em nenhum outro aspecto estão as áreas rurais e urbanas tão interligadas quanto no sistema alimentar.

A expansão das cidades e sua demanda crescente por alimentos são comparáveis aos desafios para melhorar as condições de vida no campo.

Padrões insustentáveis de consumo e comércio continuam se expandindo, especialmente o domínio crescente das grandes corporações nos setor agroalimentar.

Esse processo deixou muitas famílias urbanas e suas comunidades sem acesso a alimentos frescos, seguros e a preços viáveis.



Plano comunitário produzido por cidadãos de Medellín, Colômbia.

Foto: Emily Mattheisen

Ao mesmo tempo, essas práticas reduzem direitos dos pequenos agricultores e das comunidades agrícolas, eliminam oportunidades de trabalho e renda no campo, e exacerbam a pobreza rural. Isso coloca uma questão: como podemos tomar decisões melhores para o desenvolvimento dos pequenos produtores com base num contexto mais inclusivo?

As ligações rural-urbanas no sistema alimentar

As conexões rural-urbanas podem ser fortalecidas por meio de mudanças reais no sistema alimentar. O sistema é complexo e tem várias camadas, incluindo fluxos, trocas e impactos nas áreas rurais e urbanas – incluindo a produção, distribuição, processamento, comercialização, consumo e disposição final dos resíduos, além da infraestrutura de apoio.

Uma mudança revolucionária no sistema alimentar não é global; é de pequena escala e localmente ancorada.

Muitas questões e intervenções estão sendo discutidas pelos governos e sociedade civil, que buscam conectar melhor ambas as áreas por meio de abordagens territoriais de governança no nível local. Melhorar as relações entre os produtores e consumidores locais, dando também apoio às populações mais vulneráveis nas áreas rurais e urbanas, é vital.

Para muitas comunidades, isso significa prioritariamente preservar os mercados públicos e tradicionais, melhorar a proteção social e os programas de apoio nutricional, estabelecer políticas oficiais de compra de alimentos, estimular os sistemas de compra direta e a agricultura apoiada pela comunidade.

Governos e autoridades locais

A descentralização do poder e diretrizes mais claras para as autoridades locais são fundamentais para implementar compromissos internacionais de políticas públicas e direitos humanos que apoiem o planejamento rural-urbano integrado.

Os sistemas alimentares são particularmente afetados nesse aspecto, por que as autoridades urbanas, municipais ou regionais leis controlam as políticas que regulam os resíduos, as condições de trabalho e melhorias na qualidade de vida, as compras por órgãos públicos, as áreas para produção de alimentos (incluindo áreas públicas), o zoneamento do solo prevendo áreas de cultivo e de comércio de alimentos entre outros fatores importantes.

Existem alguns atores-chave promovendo esse tipo de mudança. Por muitos anos redes como o ICLEI - International Council for Local Environmental Initiatives, com o programa ‘Governos Locais pela Sustentabilidade’, o ‘Fórum das Cidades Resilientes’ (realizado anualmente) e ‘Cidades Unidas e Governos Locais’ (United Cities and Local Governments - UCLG), vêm conectando governos de cidades de todos os tamanhos. Tais redes buscam levar as necessidades e experiências desde o nível local até os processos políticos internacionais, e reforçar a capacidade no nível local para engajar diretamente os habitantes – incluindo aqueles nas áreas periféricas e rurais, mais distantes dos centros urbanos.

Do urbano ao urbano-regional

As ligações urbano-rurais também se tornaram um tópico “da hora” no discurso internacional relacionado às políticas alimentares. Elas são discutidas internacionalmente na preparação da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, ou Habitat III, a se realizar em Quito, Equador, em outubro de 2016.

Similarmente, o desenvolvimento da Agenda Post-2015 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a controvertida Expo Global em Milão (dominada por corporações) e várias iniciativas de governos locais – incluindo a Declaração de Seul e o Pacto da Política Alimentar – todos buscam superar os imensos desafios que as áreas urbanas nos propõem por meio da criação de contextos locais e regionais mais integrados e resilientes.



Embora existam muitas dúvidas e complicações no processo e nos resultados (como a falta de inclusão significativa da sociedade civil), a Agenda Post-2015 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável produziram efeitos importantes relacionados com as ligações urbano-rurais, levando à adoção das abordagens territoriais – ou urbano-regionais – na governança. Este é um novo conceito muito promissor.

O conceito de cidade-região mudou o modo como pensamos o que é 'urbano'.

Foto: Emily Mattheisen

A promoção do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n° 11, “tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, e o trabalho de grupos colaborativos como a ‘Coalizão Communitas’ e os ‘Sistemas Alimentares Urbano-regionais’, realmente mudaram o modo como pensamos sobre o que é ‘urbano’.

Eles promoveram um novo conceito, de “cidade-região”, para substituir o de “cidade” como nosso marco referencial quando discutimos agora o desenvolvimento urbano sustentável.

As cidades não existem no vácuo, e esse conceito torna claro que as conexões cidade-região devem estar presentes em qualquer plano ou objetivo de desenvolvimento urbano.

Democratizando as políticas alimentares locais

O desenvolvimento do Pacto da Política Alimentar Urbana, liderado pela cidade de Milão, envolveu cerca de 45 cidades em todo o mundo, que compartilharam suas experiências, necessidades e desafios para implementar suas políticas alimentares locais.

O Pacto busca criar um marco de governança para abordagens urbano-regionais, bem como métodos participativos de tomada de decisões que envolvam diretamente a sociedade civil e os pequenos produtores de alimentos, cobrindo tópicos como governança, redução da pobreza, dietas e nutrição sustentáveis, produção, abastecimento e distribuição de alimentos, a redução dos desperdícios e a gestão dos resíduos.

Esse é um importante passo para responder à questão de *como* um governo local pode melhorar a governança e a gestão das áreas rurais.

Ele também aborda a necessidade de tornar a governança do sistema alimentar mais democrática e participativa, considerando o papel crítico da sociedade civil na formulação de decisões em organismos multiatorais no nível local – a exemplo de conselhos alimentares locais, colaborações entre cidadãos e técnicos do governo, criação de fóruns para promover políticas visando criar sistemas alimentares mais justos e sustentáveis, etc.

O ‘City Region Food Systems’ está trabalhando atualmente com diversas cidades, organizações da sociedade civil e entidades internacionais em processos que visam ao planejamento de sistemas alimentares urbano-regionais mais integrados.

As áreas urbanas não são o domínio exclusivo de nenhum grupo de atores ou habitantes, e as comunidades rurais têm o direito de se beneficiarem do desenvolvimento urbano e vice-versa. As soluções técnicas para alimentar as áreas urbanas, levando em consideração a mudança climática, o trabalho e os investimentos necessários, devem considerar e integrar as áreas rurais bem como a gestão dos serviços dos ecossistemas naturais.

Mudanças significativas

Embora o interesse pelo tema esteja explodindo, a necessidade de fortalecer as ligações entre o campo e as cidades não é novidade. Os compromissos originais estabelecidos na Declaração de Vancouver (1976), na primeira conferência da ONU sobre assentamentos humanos (Habitat I), e a Declaração de Istambul (Habitat II, 1996), reconheceram as conexões críticas entre as áreas rurais e urbanas e a necessidade de abordagens equilibradas e holísticas para o seu desenvolvimento.

A conferência Habitat II foi mais longe, declarando que fortalecer as autoridades locais e descentralizar as estruturas de poder são iniciativas indispensáveis para implementar e apoiar essas conexões.

Porém os preparativos iniciais para a Habitat III e a direção geral do processo ONU-Habitat tornaram claro que os compromissos do passado foram esquecidos, substituídos por uma agenda exclusivamente “urbanística”. Foram atores da sociedade civil que então criaram um grupo de trabalho sobre as ligações rural-urbanas, dentro do processo da Habitat III, para monitorar as questões ligadas aos sistemas alimentares urbano-regionais e ao uso da terra.



Mercados de produtores no Marrocos e na Turquia. Fotos: Alberto Rinaldi

Agora falta verificar se isso resultará de fato em mudanças significativas na direção de um desenvolvimento urbano-rural mais equilibrado e integrado.

Olhando à frente

Considerando a Habitat III e outras discussões sobre políticas que vêm surgindo, o ‘direito ao contexto urbano’ tornou-se uma abordagem importante da sociedade civil e dos governos locais para a gestão da cidade e de seus arredores rurais. O direito à cidade defende o uso equitativo do espaço urbano de acordo com os princípios da sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social.

Trata-se de um direito coletivo dos habitantes das cidades e arredores, dando-se prioridade aos grupos vulneráveis e em desvantagem. É uma abordagem que, em seu núcleo, busca promover a realização dos direitos humanos e a proteção das comunidades marginalizadas, por meio da participação, respeito à função social da terra, da propriedade e da cidade-região, e a gestão sustentável dos bens e serviços ambientais que são de todos.

Essa abordagem também reconhece o papel que a economia social solidária desempenha ao apoiar as comunidades, e torna-se imperativo que essas contribuições sejam reconhecidas pelas políticas internacionais.

Conforme nós continuamos expandindo as áreas urbanas, tornou-se crítico reconfigurarmos como compreendemos essas expansões, e como esses espaços podem ser governados, como podem interagir e impactar outros territórios, e como as pessoas neles e ao redor deles podem ter suas vidas dignificadas. Existem muitas experiências excitantes, mas cada uma delas também inclui muitos desafios e riscos.

A sociedade civil, desde os moradores-consumidores urbanos até os residentes-produtores no campo, deve desempenhar papéis significativos no estabelecimento da agenda nos níveis local e global, e – uma vez ela estabelecida – dependerá dos atores locais implementar políticas efetivas e promover mudanças reais.

Emily Mattheisen < emattheisen@hic-mena.org > trabalha para a Habitat International Coalition – Housing and Land Rights Network, uma rede global que apoia a defesa e a promoção dos direitos humanos relacionados com o acesso à moradia e à terra. Emily integra a coordenação do setor de ‘alimentação e nutrição urbanas’ do Comitê das Nações Unidas sobre Segurança Alimentar.

Globalmente conectado

Novidades da Rede *Agricultures*

Os membros da Rede *Agricultures* estão trabalhando juntos para promover o avanço da agricultura familiar e da agroecologia, recolhendo lições dos cultivos dos produtores, compartilhando conhecimento e trabalhando com os movimentos sociais pela mudança das políticas públicas.

A seguir, divulgamos algumas das últimas notícias.

Holanda: construindo conhecimento visando a solos saudáveis

Em março de 2015, o ILEIA e outras organizações na Holanda organizaram um encontro de dois dias sobre o solo, que incluiu um dia de campo com visitas a uma companhia de compostagem e a vários produtores, a produção de um filme e uma conferência final.

Mais de 250 pessoas participaram do evento e da rica discussão com os (jovens) agricultores, formuladores de políticas e pesquisadores. Os produtores inspiraram a muitos com as suas abordagens inovadoras para promover a fertilidade dos solos, evitando a aração e produzindo localmente a alimentação de seu gado.

A professora Marjolein Visser, da Universidade Livre de Bruxelas, compartilhou a ironia da agricultura atual, quando a produção de alimentos consome mais energia do que nos fornece. Ela fez um apelo a favor do uso dos pastos, campos e áreas florestais como fontes de biomassa para melhorar a fertilidade dos solos. “Para lidar com a crise agrícola”, ela acrescentou, “precisamos trabalhar juntos e estarmos continuamente dispostos a sair das nossas caixinhas.”

No encerramento, o renomado pesquisador e videomaker John Liu mostrou como áreas degradadas e abandonadas podem, em poucos anos, se tornar cobertas por árvores e plantas e oferecer segurança alimentar e meios de vida. Recomendações bem consistentes para isso foram dirigidas aos praticantes, formuladores de políticas e pesquisadores.

Senegal: IED África e o Fórum Rural Mundial

Mais de 500 representantes de organizações rurais, grupos indígenas, ONGs locais e internacionais, institutos de pesquisa, organizações multilaterais e governamentais reuniram-se em maio de 2015 em Dacar, no sétimo Fórum Rural Mundial, para compartilhar conhecimentos e experiências na gestão da terra.

O evento foi organizado pela Coalizão Internacional da Terra, com a participação da Rede da IED África, integrante da Rede AgriCultures. O tema do Fórum foi “governança da terra para o desenvolvimento inclusivo, justiça e sustentabilidade: tempo de agir”. Durante toda uma semana, os especialistas focaram no ponto central da terra na agenda pós 2015, e discutiram os desafios para incluir a governança e o acesso equitativo à terra, especialmente para as mulheres e jovens, no atual contexto de disputa pelas áreas disponíveis.

A IED África compartilhou ferramentas e mecanismos que podem aumentar a segurança do direito à terra no nível local, e aumentar a responsabilidade nos investimentos agrícolas por meio de uma governança das áreas mais eficiente.

O Fórum também identificou as práticas transformadoras que promovem o desenvolvimento inclusivo para as mulheres e jovens. Saiba mais sobre a Rede AgriCultures em agriculturesnetwork.org/news

Itália: Pacto Internacional por uma Política Alimentar Urbana

A cidade de Milão, na Itália, está liderando um processo com mais 45 cidades-parceiras de todo o mundo para elaborar um Pacto Internacional para uma Política Alimentar Urbana, com o objetivo de promover a consciência sobre os sistemas alimentares urbanos, e suas políticas e práticas, além de promover o engajamento político das cidades para futuras ações.

A Fundação RUAF faz parte da equipe consultora técnica para apoiar esse processo, juntamente com a International Partners for Sustainable Agriculture (IPSA) e o programa Alimentos para as Cidades, da FAO.

Uma minuta do Pacto e das 'Diretrizes para a Ação' (Framework for Action) foi desenvolvida, recomendando ações em áreas como governança, nutrição e dietas sustentáveis, redução da pobreza e inclusão social, agricultura (peri)urbana, fortalecimento das ligações rural-urbanas, abastecimento e distribuição de alimentos, perda de produtos e redução dos resíduos.

A forma final do Pacto será apresentada em Milão em outubro de 2015.

Para maiores informações, visite cibomilano.org/en/food-policy-pact/ ou contate Henk Renting <h.renting@ruaf.org>.

Mulheres e a agroecologia

As mulheres são vetores importantes da mudança agroecológica nas comunidades dos produtores e dos consumidores. Um exemplo é dado pelos movimentos de mulheres pela agrobiodiversidade e produção livre de pesticidas na Índia. Em muitos locais as mulheres experimentam práticas como plantios consorciados, sistemas de entrega de cestas, e trocas de sementes.

O que as motiva? E qual o papel que a agroecologia desempenha na melhora de suas vidas?

Existem cerca de 500 milhões de pequenas explorações agrícolas familiares ao redor do mundo, e 70% do trabalho agrícola nesses sítios é feito por mulheres. De acordo com a FAO, as mulheres poderiam aumentar a sua produtividade em até 30% se tivessem o mesmo acesso aos recursos produtivos que têm os homens.

Fechar esse desnível de gênero, como foi chamado por muitos durante o Ano Internacional de Agricultura Familiar, em 2014, poderia reduzir o número de pessoas subnutridas do mundo em entre 12 e 17% (fao.org/sofa/gender/home/en/).

Há muito sabemos que as mulheres detêm importantes conhecimentos sobre agricultura e alimentação, e que elas são uma força impulsionadora das mudanças agroecológicas, que levam a uma produção de comida mais resiliente.

Enquanto os homens tendem a focar mais nos ganhos econômicos, as mulheres se preocupam mais com a soberania alimentar e a nutrição, a estabilidade social e a paz na comunidade, bem como a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

Nós queremos conhecer melhor o que motiva as mulheres a inspira o seu progresso na agricultura. Como as práticas agroecológicas impactam sua carga de trabalho, a nutrição familiar e sua qualidade de vida? E que papel as mulheres e suas organizações desempenham na construção de um futuro melhor para suas famílias e para si mesmas?

Nós convidamos vocês a compartilharem suas experiências, buscando especialmente histórias práticas de mulheres como produtoras, trabalhadoras rurais, cozinheiras, mães, educadoras e representantes de comunidades de mulheres na discussão de políticas, mulheres em posição de poder ou como exemplos inspiradores, e também depoimentos de quem trabalha diretamente com essas mulheres.

info@farmingmatters.org

Aprendendo Agriculturas

Learning Agricultures

Uma série educativa abrangente sobre agricultura familiar sustentável de pequena escala

Você está treinando outras pessoas em agricultura sustentável de pequena escala e agroecologia?

Este curso, desenvolvido pela LEIA, oferece uma abordagem atenta para os sistemas produtivos sustentáveis com exemplos de todo o mundo.

Inclui os seguintes módulos:

- agricultura sustentável de pequena escala
- sistemas de gestão da água e do solo
- sistemas de colheita
- sistemas de criação de animais
- trabalho e energia na agricultura
- mercados e finanças para pequenos agricultores
- conhecimento para a agricultura de pequena escala

Por apenas 25 euros você pode comprar o CD-ROM contendo os sete módulos, artigos adicionais, fotos, vídeos e jogos. Para ordenar o disco, envie uma mensagem para <mailto:ileia@ileia.org>

Para maiores informações, visite agriculturesnetwork.org/resources/learning